



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 108

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 8 de julho de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se de imediato para a Agenda da Reunião:

1 - [Debate de urgência sobre “Reforma da Autonomia”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Iniciado o debate pelo Sr. Deputado Artur Lima, usaram da palavra para participar no mesmo os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

2 - Proposta de Resolução n.º 12/X – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015”, apresentada pela Mesa da Assembleia.

Colocada à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

3 - Petição n.º 34/X – “Construção de um novo complexo escolar na Povoação”, apresentada por Sónia de Fátima F. Câmara Cardoso, na qualidade de 1.ª subscritora.

Após a apresentação do relatório pela Sra. Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, a Deputada Arlinda Nunes (*PS*), fizeram intervenções os Srs. Deputados Nuno Meneses (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*) e Zuraida Soares (*BE*).

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 53/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, que criou os hospitais atualmente integrantes do Serviço Regional de Saúde dos Açores organizados como entidades públicas empresariais, e aprovou o regime jurídico aplicável aos mesmos bem como os respetivos estatutos.

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), pediram a palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maurício (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*) e Ana Espínola (*CDS-PP*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Após a votação, realizou uma declaração de voto o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 31 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

Sr. Secretário da Mesa pode fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 11 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes

Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

O primeiro ponto da nossa Agenda é o segundo efetivamente conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes e refere-se ao **Debate de urgência sobre a “Reforma da Autonomia”**, debate de urgência este apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Rege nesta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os ímpetos autonomistas do Povo Açoriano remontam ao século XIX. Porém, em 1974, com o fim do Estado Novo, a “questão açoriana” (como se tratavam as pretensões açorianas em Lisboa) emergiu na vida política portuguesa.

Os Açores não seriam a região mais pobre de Portugal, mas era essencialmente a região que mais precisava de se desenvolver. Acima de tudo, os Açores tinham um fardo pesado a suportar: a insularidade, o isolamento e a distância dos continentes banhados pelo Oceano Atlântico. O problema da insularidade residia (e reside) no facto de tudo ser mais difícil e mais oneroso. Os transportes eram (e são) mais caros e demorados; os preços dos bens essenciais, muitos não produzidos localmente, eram (e são) superiores aos praticados no resto do país; as oportunidades eram (e continuam a ser) raras e a criação de emprego é ainda difícil.

Em 1974, o problema era o desenvolvimento. Para tal, as elites políticas, culturais, sociais e económicas da Região ponderaram três hipóteses de solução: a democracia política dependente de Lisboa; a integração nacional ou a Autonomia regional – solução esta adotada.

Havia também quem defendesse a independência como solução estratégica de desenvolvimento, só que tal aspiração não teve grande adesão, não chegando, por isso, a ser considerada como alternativa digna desse nome.

A Autonomia conferiu aos Açorianos liberdade moral e intelectual, identidade própria, faculdade de determinar por vontade própria, liberdade de cooperar em oposição à obediência e, acima de tudo, trouxe a todos nós a capacidade de nos autogovernarmos.

Porém, 40 anos volvidos, nem a Democracia, nem a Autonomia, por si só ou em conjunto, revelaram ser capazes de resolver suficientemente as mais profundas debilidades do nosso processo de desenvolvimento económico e social.

A “nova era” iniciada em 1974 trouxe mudanças: permitiu, entre outras, o surgimento de uma nova classe média, essencialmente ligada aos serviços, aos sistemas de educação e saúde, à administração pública regional e local e às suas empresas públicas... Faltou deixar lugar à iniciativa privada; não se deixaram, em muitos casos, respirar os Açorianos empreendedores... Alimentaram-se apenas as chamadas “empresas ou clientelas do regime”.

Os investimentos públicos recíprocos são escassos; a circulação de pessoas e bens continua atualmente a ser altamente limitada; a insularidade, nalguns casos, acentuou-se dentro da realidade periférica que somos; a iniciativa privada é frágil e está fortemente dependente da subsídio pública, aliás, pedida por estes; as estruturas produtivas regionais são débeis, ao ponto da produção regional nem sequer ser proporcional à nossa população.

Os elevados níveis de endividamento da Região são o sinal mais do que evidente que o investimento público tem sido o principal motor da economia regional, fazendo com isso depender grande parte da população da máquina administrativa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente:

Estas quatro décadas de experiência autonómica e democrática criaram uma realidade política e administrativa própria dos Açores e dos Açorianos, com interessantes vantagens e também progressos. É inegável! No entanto, as governações destes 40 anos não conseguiram

contribuir decisivamente para evitar alguns dos piores indicadores sociais da nossa Região e do nosso País.

Os Açores, autónomos e autogovernados, são hoje notados, infelizmente, pelos preocupantes índices de desemprego (embora tenha diminuído), focos de pobreza, pelos elevados níveis de endividamento (embora não preocupantes), pelo sufoco vivido pelo tecido empresarial, pelos períodos de crise que se sentem na agricultura, no turismo desigual em várias ilhas e também no setor produtivo das pescas...

A revisão de ferramentas fundamentais ao aperfeiçoamento do modelo autonómico e ao funcionamento dos seus órgãos de governo próprio, como foram as revisões da Lei Eleitoral para a Assembleia Regional e a revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, foi feita com base num objetivo essencial: dotar os Açores de mecanismos constitucionais adequados e necessários para que aqueles que nos governem nunca se possam desculpar por falta de meios para levar a cabo as tarefas de que estão incumbidos e para enfrentar os problemas novos que se lhes venham a deparar.

Porém, ao poder político executivo tem faltado desde sempre a definição cabal de um modelo de desenvolvimento de médio e de longo prazo. Tem faltado capacidade para resolver problemas estruturais desde sempre, desde o seu início. Grosso modo gastam-se demasiados recursos a tentar resolver problemas conjunturais, na esperança de gerir e administrar apenas o que se vê...

Esta espécie de “política do bombeiro” traça um caminho de governação que se percorre sem se saber para onde se quer efetivamente ir desde o início e que, por isso, vai agravando as clivagens sociais e económicas ainda hoje bem notórias e notadas.

Sra. Presidente, Sr. Presidente:

Por outro lado, o mais numeroso partido da oposição, que votou contra a Lei Eleitoral e que tentou resumir o relevante trabalho da revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região a um “por mim cai” do Dr. Costa Neves, lembrou-se agora que é preciso urgentemente reformar a autonomia como que a pedir a absolvição dos pecados do passado.

Para o atual Presidente do PSD/Açores é imperioso criar mais cargos, onerar mais o sistema democrático, burocratizar mais o funcionamento das instituições e cortar no número de Deputados.

O Sr. Presidente do PSD/Açores é assim um verdadeiro democrata!

Começa por dizer que é preciso reduzir Deputados e cortar nos cargos de nomeação, na tentativa de cativar alguns eleitores mais descontentes à falta de outras propostas. Depois, propõe-se criar, paralelamente, às figuras do Presidente da República, do Presidente da Assembleia Legislativa da Região e do Presidente do Governo Regional, a figura do Presidente dos Açores – que aparentemente substituirá o Representante da República.

Não contente, avança com a proposta de transformação dos Conselhos de Ilha em órgãos com maior representatividade da sociedade civil, contrariando a tendência de politização e partidarização que sempre o PSD (e infelizmente e mais recentemente o PS) instituiu nestes órgãos consultivos.

Estes órgãos passariam a ser eleitos e os seus Presidentes tomariam assento num “Parlamento” de presidentes de ilha presidido pelo Presidente dos Açores!?

Com esta reforma proposta pelo PSD, a somar aos Presidentes constitucional e estatutariamente instituídos, teríamos que somar os

presidentes das câmaras municipais e os presidentes das juntas de freguesia, os presidentes de ilha e o presidente dos Açores... Seríamos uma espécie de região mais presidencial do mundo!!! Era a região com mais presidentes *per capita* do planeta.

Entretanto, e sem que nada o fizesse prever, apesar de toda a legitimidade, o Presidente do Governo Regional, figura constitucional, aproveita as celebrações do Dia da Região, para dar um contributo para este debate, avançando com sugestões de listas abertas, que concordamos, e maior participação dos independentes, que concordamos, e a transformação dos Conselhos de Ilha numa espécie de “pequenos governos de ilha”, que discordamos, assumindo competências das autarquias locais e algumas regionais, bem como insistindo na discussão em torno da extinção do cargo de Representante da República.

Com o devido respeito, Senhor Presidente do Governo e Senhor Presidente do PSD/Açores: a autonomia é um conceito muito mais nobre, mais rico, mais eficiente e mais eficaz do que qualquer princípio de suposta e ilusória descentralização.

O sucesso da autonomia consistiu no facto de ter ganho notoriedade política relevante; mas a autonomia fracassou na proporção da solidez económica das demais regiões do País que encontraram o caminho do desenvolvimento.

A ânsia do Povo Açoriano é, como sempre foi, a realização dum melhor desenvolvimento na nossa terra.

Mais importante do que discutir mais e novos cargos políticos ou mais importante que cortar na representatividade política das diversas ilhas desta Região, o que os Açorianos querem são soluções para o drama do desemprego, o que os Açorianos querem são soluções para o flagelo da

pobreza, o que os Açorianos querem são soluções para a crescente desertificação das ilhas mais pequenas, querem soluções para o desespero dos agricultores que estão quase a pagar para produzir dos melhores produtos da Europa e do mundo e a frustração dos pescadores que labutam arduamente mas veem os intermediários ficar com todas as mais-valias do pescado vendido...

O que os Açorianos querem ouvir dos seus representantes e dos seus governantes, nesta altura de acentuadas dificuldades sociais e económicas, é a definição de políticas objetivas e construtivas, promotoras de desenvolvimento, geradoras de riqueza e orientadas para o médio e longo prazo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS-PP é apoiante e defensor da solução autonómica, pois a autonomia é o melhor processo de realização dos superiores interesses do Estado nos arquipélagos, pelo que estará sempre disponível para debater o seu aperfeiçoamento.

Todavia, somos contra a criação de mais cargos políticos;

Somos totalmente contra mais despesismo;

Somos frontalmente contra a criação de mais tachos...

O que agora alguns propõem não é uma reforma da autonomia... O que está em cima da mesa, para já, é a mera intenção de “tachar” a autonomia (“tachar” com tachos).

Senhor Presidente do Governo:

Sim! Respondemos como receberá em breve resposta à sua carta.

Sim, lá estaremos com muito gosto.

Pode contar com o CDS para debater e pensar o futuro da Autonomia, mas, desde já, gostaria de deixar aqui ao Senhor Presidente do Governo,

ao Senhor Presidente do PSD, a todos os Senhores Deputados, um desafio e questões de princípio:

- é absolutamente necessário que o Povo saiba quais são as posições dos candidatos do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e dos outros partidos às próximas eleições para a Assembleia da República.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O CDS-PP desafia, pois, para um debate público – o quanto antes – os candidatos às próximas eleições para que se assumam relativamente às matérias aqui em questão. É preciso que os açorianos saibam o que vão defender numa próxima revisão constitucional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: - Por outro lado, o CDS quer, de facto, afirmar a Autonomia, pelo que entende que é preciso pôr em prática o nosso Estatuto Político-Administrativo. Passamos demasiado tempo a “cramar” de Lisboa, mas perdemos muito pouco tempo a utilizar as prerrogativas que nos foram concedidas.

Neste sentido, Senhor Presidente do Governo, o CDS sobre o futuro da Autonomia quer dar a voz ao Povo dos Açores e, por isso, não desistiremos de promover a realização de um Referendo Regional sobre esta matéria e perguntamos ao Senhor Presidente do Governo, ao Senhor Presidente do PSD, ao Senhor Presidente do PPM, às Sras. e Srs. Deputados, concordam que os açorianos se pronunciem sobre a criação de novos cargos políticos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... ou ficará discutido apenas numa mesa de titulares de cargos políticos?

É essencial ouvir o povo e é essencial conhecer a vossa opinião sobre essa matéria.

Sem deixar de ter em conta o passado, importa é um melhor futuro para o nosso Povo e para a nossa Terra; importa é que o Povo decida o quer para a sua Região e que saiba com o que conta dos seus representantes; o que importa, mais do que qualquer debate político desviante das reais preocupações da sociedade açoriana, é que tenhamos acima de tudo um bom Governo!

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dirigir um agradecimento ao CDS-PP pela abertura que demonstrou na alteração da data deste debate, uma vez que inicialmente ele estava previsto para a sessão plenária de junho, mas em virtude de eu estar a participar na reunião extraordinária da Comissão Bilateral Permanente sobre a Base das Lajes, em especial, em Washington, e estar ausente da Região, foi alterado para este plenário. Só agradeço a oportunidade e agradeço a atenção e a delicadeza do CDS-PP. Devo começar por referir que a abordagem que faço a esse assunto parece-me estar particularmente clara, quer na intervenção que proferi no Dia da Região, em que me parecem claros os objetivos que na minha opinião devem presidir a este esforço, porque fundamentalmente acho que devemos abordar o assunto é desta forma. Vamos de forma aberta, de forma que me parece importante também ser construída em conjunto (isso

para mim é essencial), abordar esta matéria e ver até que ponto é que conseguimos cumprir, ou que conseguimos levar a bom porto este objetivo.

Para mim os objetivos deste debate são ...

Acho que passados 40 anos sobre a consagração constitucional da Autonomia, que se celebra para o ano, e sobre a data de tomada de posse da primeira Assembleia, da primeira legislatura, do primeiro Governo Regional, acho que não perdemos nada em refletir sobre três ou quatro aspetos. No meu caso, os que eu elenco como objetivos para este debate são: o reforço do envolvimento dos açorianos nas decisões da sua vida coletiva e democrática que os façam sentir mais próximos; na aproximação efetiva entre eleitos e eleitores e a mobilização para o exercício democrático; o reforço dos mecanismos de escrutínio democrático das entidades políticas; soluções de responsabilização individual e coletiva; também uma melhor organização de processos de decisão e de organização nas/ e das nossas ilhas; para além do último que é o enquadramento constitucional da nossa Autonomia.

Nesse âmbito, aquilo que no dia 25 de maio tive a oportunidade de referir foi que entendia que também podia contribuir para este debate e lancei três propostas a debate não na perspetiva de assuntos arrumados, mas porque acho sinceramente que vale a pena discutirmos essas ideias e não quer dizer que sejam apenas essas ideias (de maneira nenhuma!). Acho que a partir do momento em que se entra neste debate devemos ter abertura para discutir todas as ideias que em conjunto da parte de todos os partidos políticos possam surgir. Elas foram, em primeiro lugar, a questão das listas de independentes, a consagração de listas abertas para a

Assembleia Legislativa da Região; a questão dos Conselhos de Ilha e a questão da extinção da figura do Representante da República.

O que é que me parece essencial que haja neste processo?

Parece-me essencial que haja um mandato democrático claro e inequívoco da parte do povo açoriano para desencadearmos um processo que eu considero que é um processo de grande envergadura, que é um processo de grande importância política.

Na minha opinião, esse mandato claro deve ser um mandato conferido no âmbito das próximas eleições legislativas regionais, em 2016.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando?

O Orador: Isso parece-me claro, uma vez que é nesse âmbito que cada um dos partidos políticos, ou todos, se for possível chegarmos a acordo, apresentarão uma determinada proposta de revisão e que desse ponto de vista isso permitirá não apenas uma questão política interna daquilo que me parece essencial (efetivamente esse mandato, termos esse mandato), mas também do ponto de vista externo de termos a força da vontade e da voz do povo açoriano para que, face a outras entidades com quem temos de nos relacionar sobre esta matéria, seja claro aquilo que o povo açoriano defende, ou aquilo que o povo açoriano entende que deve ser feito, ou pelo menos o mandato que o povo açoriano dá aos seus representantes dizendo: “Muito bem, trabalhem nesse sentido, avancem nesse sentido, avancem com esse processo.”

Eu tive a oportunidade de no dia 25 de maio também referir que a questão primeiro deve ser discutida internamente e internamente não é internamente apenas nesta nossa Assembleia, mas deve ser discutida nesta nossa Autonomia.

Este não é um processo relativamente ao qual devamos, na minha opinião, apressar a forma como ele deve decorrer e não me parece que as eleições legislativas de outubro próximo devam condicionar, devam no fundo moldar, digamos assim, aquilo que os açorianos entendem que deve ser feito.

Portanto, desse ponto de vista, parece-me que quer a minha intervenção do dia 25 de maio, quer a carta que tive a oportunidade de enviar como Presidente do Partido Socialista a todos os partidos políticos é clara em relação a esta matéria. Admito naturalmente que existem outras abordagens a esse assunto (até tinha mais que ver se não o fizesse).

Eu recomendo vivamente ao CDS-PP e ao PPM, que aliás julgo que também já se tinha pronunciado sobre essa questão do referendo, uma leitura quanto ao Regime Jurídico do Referendo Regional. Julgo que pode relevar para esse assunto e para essa posição, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pois! Exatamente!

O Orador: ... mas acho que é um trabalho que nós temos que iniciar. Julgo que é importante, pelo menos da minha parte, tentar ser suficientemente claro.

Não me parece haver inconveniente em que esse processo surja neste momento. Julgo que há outras preocupações, claro que há, há outras preocupações que são relevantes, mas julgo que essa também é uma preocupação que aliás vem na senda de um processo que não se inicia agora e vem na senda de um processo que nem se inicia nesta legislatura, vem na senda de um processo que foi desencadeado na última revisão do Estatuto Político Administrativo em que houve uma alteração radical da natureza do Estatuto Político Administrativo, que deixou de ser uma carta meramente organizativa da administração regional para passar a ser um

documento político, com sentido político, com uma carga política extremamente forte (extremamente forte!). Acho que esse é um processo que deve decorrer ao longo do tempo devidamente amadurecido, devidamente ponderado, mas há algo que a mim me parece fundamental: é que esse é um processo que primeiro nós, nos Açores, com o povo açoriano (e há mecanismos naturalmente para se fazer isso), devemos ponderar seriamente as soluções relativamente às quais nós entendemos que é o caminho a seguir.

Não sei como é que esse processo é visto a nível nacional e sinceramente também não é um assunto que me preocupe neste momento. Havemos de lá chegar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pelo menos é interessante!

O Orador: Havemos de lá chegar à forma como este processo é encarado a nível nacional, mas neste momento o que me interessa é saber se nós, responsáveis políticos na Região Autónoma dos Açores, entendemos que é o momento, entendemos que é oportuno, entendemos que devemos no fundo continuar este processo de aperfeiçoamento político da nossa Autonomia.

Estas propostas e este processo também não se iniciaram da minha parte com a intervenção proferida no dia 25 de maio. Iniciaram-se com a intervenção proferida em 2014, no Nordeste, em que tive a oportunidade de dar conta que, na minha opinião, a função da Autonomia não é apenas a de prover o bem-estar e o progresso material dos açorianos.

A função da Autonomia é algo de mais profundo e ela deve assumir também como sua função o poder de lutar, o poder de criar as condições para um cada vez melhor exercício da democracia aqui, nos Açores.

É este o enquadramento. É um processo que está em curso.

Da minha parte o que entendo é que deve ser seguido dessa forma, porque me parece que é mais útil, mas como em tudo, da discussão é que nasce a luz.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Está aberto o debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: A reforma de um sistema político ou de qualquer ação política, quer tenha ou não incidência parlamentar ou no processo legislativo, penso que a todos nós o que está em primeiro lugar nas nossas mentes é com essa nossa ação política melhorar a vida das pessoas, no caso, melhorar a vida dos açorianos e das açorianas.

É isso também que no âmbito deste debate nós temos que ter em mente. Temos que resolver os problemas diários dos nossos concidadãos, temos que contribuir para que se possa ser mais feliz a viver nos Açores e isso passa por um conjunto de ações que incumbem aos políticos e a toda a sociedade e naturalmente também passa por aquilo que nós temos de refletir sobre a arquitetura do sistema político, no caso, a arquitetura da Autonomia.

No caso da arquitetura de um sistema político, uma reforma impõe que se faça por consenso, que se faça por reflexão, por amadurecimento dessa reflexão, por troca de opiniões e pelo máximo denominador comum entre as várias opiniões da sociedade e dos políticos.

É isto também que temos tido sempre em mente.

Em janeiro de 2013, no congresso do PSD/Açores, lancei o desafio de refletirmos a reforma do sistema político da nossa Região, o sistema autonómico.

Na altura, criei um grupo de trabalho liderado pelo Prof. Carlos Amaral, catedrático da Universidade dos Açores, que desenvolveu um conjunto de reflexões, incluindo o mais largo espetro possível da sociedade e da política açoriana.

Estão aqui dentro hoje, noutras bancadas, que não a do PSD, pessoas que participaram neste debate que deu azo a um livro que compila muitas das reflexões que foram feitas e que penso que é um bom contributo para aquilo que temos de fazer, e porquê?

Porque entendemos que não só deve ser um processo amadurecido, como também participado e não podemos deixar obviamente ninguém de fora, dos atores políticos, aos atores sociais e culturais, às várias gerações (razão pela qual também procurámos chamar gente jovem a pensar na Autonomia do futuro, para além daqueles que foram da primeira hora e daqueles que têm muita experiência ao longo dos anos) e este processo de reflexão e de amadurecimento penso que foi para já, para o PSD/Açores, muito rico e penso que foi para todos aqueles que participaram na sua reflexão, que foi feita de forma aberta, não contra ninguém, mas tentando agregar todas as opiniões e daí tentarmos encontrar aquilo que poderia ser comum nas várias reflexões, porque só dessa comunhão poderemos ter uma reforma bem-sucedida do nosso sistema autonómico.

A Autonomia tem 40 anos. Penso que todos poderemos concordar que ela será diversa nos próximos 40 anos, porque a sociedade mudou, a política mudou, até a organização sociopolítica internacional mudou, o espaço

geopolítico onde estamos hoje inseridos também é diferente daquele que foi há 40 anos.

Isto não deve ser matéria de arremesso político, de arremesso partidário. Entendemos que deve ser matéria de consenso partidário e é com essa postura que temos vindo a trabalhar já há largos meses, é com essa postura que aqui estamos hoje.

Já avançámos com algumas ideias da reflexão que tivemos com este conjunto de individualidades.

Estamos naturalmente dispostos para aferir não só as nossas propostas, mas outras que já tenham surgido em cima da mesa.

Concordamos com algumas das que já surgiram de outras forças.

Certamente estaremos naturalmente dispostos para tentar chegar a um entendimento com as cedências naturais e necessárias para que se possa chegar a um acordo final que englobe o máximo possível de forças políticas e sociais da nossa Autonomia.

Já o dissemos também que os deputados do PSD/Açores no parlamento nacional, no âmbito da revisão constitucional, terão a postura de se agregar aos outros deputados dos Açores e também, se for caso disso, da Madeira, numa verdadeira causa autonómica para defender aquilo que for acordado cá dentro.

Primeiro temos que nos entender cá dentro (o Partido Socialista também sei que já o disse) e certamente em função desse entendimento seja ele pré-eleitoral, pós-eleitoral, mas certamente não é hoje, nem é amanhã, porque esta reforma não se vai fazer com arremesso político partidário (não se pode fazer, senão não chegaremos lá), não se vai fazer com pressas, não se vai fazer em jeito de *sprint*. Vai fazer-se com muito tempo, com muita reflexão, com muita calma para que o que sair daqui

seja o mais amadurecido, forte e coeso possível e com isso estejamos a prestar um serviço às próximas gerações açorianas e à próxima geração da Autonomia dos Açores.

Deputados Bruno Belo e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: É esse o espírito que temos.

Pensamos que é importante nesta reflexão aprofundar aquilo que podemos fazer no âmbito da coesão social, no âmbito da coesão territorial, no âmbito de uma maior participação dos cidadãos na política, no âmbito de uma maior transparência da causa pública, no âmbito naturalmente da maior eficiência da causa pública e das políticas públicas.

É por isso também que entendemos, e penso que isso é claro, que deve ser feita uma forte diminuição dos cargos políticos ou de nomeação política. Isso não é novo para ninguém, aqui, na Região Autónoma dos Açores e estaremos naturalmente disponíveis para avançar com esta nossa opinião, tentando agregar também as vontades dos outros partidos.

Acho que hoje, aqui, mais do que aprofundarmos questões de propostas que têm de ser tratadas no local próprio, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O local próprio é este!

O Orador: ... com a serenidade própria e com a capacidade temporal própria, nós temos é que definir os princípios.

O nosso princípio é este. Entendemos que é preciso reformar a Autonomia, entendemos que para o fazer tem que se agregar o máximo de vontades possíveis, entendemos que temos de o fazer de forma consensual, amadurecida, com tempo.

Nós temos muito trabalho de casa feito. Humildemente reconhecemos que não está todo feito.

Temos algumas propostas feitas. Humildemente reconhecemos que algumas precisarão de acertos para irmos buscar uma consensualização.

Mas a nossa vontade férrea é de disponibilizarmos o trabalho que fizemos, este que aqui está, todo o outro que temos vindo a fazer há mais de dois anos, para que consigamos todos fazer esta reforma do nosso sistema político e com isso contribuirmos nesta matéria também na arquitetura do regime, para podermos fazer da vida das açorianas e dos açorianos uma vida melhor.

É isso, ao fim e ao cabo, que nos deve sempre unir e neste caso em concreto mais do que tudo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A publicação, em janeiro de 2009, do atual Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, correspondeu a um salto em frente na construção da nossa Autonomia.

O Bloco de Esquerda, quer nos Açores, quer na Assembleia da República, acompanhou e deu o seu contributo para este feliz desiderato. O resultado final enriquece, não só a nossa Região, mas também - é forçoso afirmá-lo - Portugal inteiro, pois, Autonomias mais fortes são sinal de um País mais igualitário, mais solidário e democraticamente mais fortalecido.

Mas, nada na vida é imutável.

Em nosso entender, novos desafios estão colocados à Autonomia Açoriana, desafios estes que implicam dar novos passos, no seu aprofundamento, em defesa dos Açores e do seu futuro.

A gula que se abate sobre o potencial das riquezas do nosso solo e subsolo marinho, assim como o das fontes hidrotermais, é motivo suficiente para uma séria ponderação sobre esta matéria.

A afronta que representa, para a Região Autónoma dos Açores, o diploma sobre a classificação e gestão das áreas marinhas, demonstra bem como este é um problema sério.

Este diploma é a continuação lógica da lei já aprovada, a qual estabelece a privatização do Mar.

Por outro lado, todo o processo, em curso, na Base das Lajes, merece também, no entendimento do Bloco de Esquerda, uma reflexão mais aprofundada, em sede do nosso Estatuto Político-Administrativo.

Estas matérias exigem, claramente, o reconhecimento da Autonomia de uma forma mais consequente, por parte da República.

Não basta afirmar que a Região deve ser consultada sobre certas matérias, ou que deve ter a gestão partilhada dos recursos marinhos, sem que alguém saiba o que isso quer, exatamente, dizer.

Quanto a nós, Bloco de Esquerda, é preciso ir mais longe e mais fundo. E, por isso, conscientes dessa necessidade, assumimos, no nosso Programa Eleitoral nacional, o aprofundamento da Autonomia, com o seguinte sentido político:

- Operacionalizar o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, no sentido de o dotar de um papel mais ativo e de lhe atribuir um poder vinculativo, seja nas questões nacionais que digam

respeito aos Açores, seja nos acordos internacionais que impliquem a nossa Região.

Esta proposta está, tal e qual, plasmada, no Programa Nacional do Bloco de Esquerda às próximas Eleições Legislativas.

Este é, para nós, o âmago do aprofundamento da Autonomia que interessa, verdadeiramente, aos Açores, o qual implica uma revisão da Constituição da República. Mas, também, que protege os Açores de se tornarem um alvo da ganância do Terreiro do Paço, em aliança com os poderosos deste mundo.

Se mais razões não houvessem - e, de facto, são muitas -, bastaria o conselho avisado do cientista britânico Phillip Dearden, o qual alertou e cito: "Muito cuidado, na concessão de exploração de minérios, nas águas dos Açores, pelos danos colaterais que poderá provocar nos ecossistemas existentes na Região".

E adianta ainda: "Estas concessões devem ser geridas a longo prazo, não devendo a Região entusiasmar-se com esquemas e situações de curto prazo". Fim de citação.

Pensamos que são palavras sábias, mas só verdadeiramente concretizáveis no caso de ser a Região a mandar no que é seu.

Foi, exatamente, com estes objetivos, que propusemos ao Partido Socialista (bem como aos outros partidos representados nesta Casa) o reassumir dos trabalhos da Comissão Eventual para a Operacionalização do Estatuto Político-Administrativo, criada na legislatura passada e cujos trabalhos deram frutos importantes para a Autonomia e para a Democracia açorianas.

A nossa proposta foi rejeitada pela maioria parlamentar. Não deixámos, por isso, de estranhar a apresentação, de supetão, das propostas

consubstanciadas na chamada 'Reforma da Autonomia', apresentadas a 25 de maio pelo Senhor Presidente do Governo Regional.

Se não, vejamos:

- Listas de Independentes - o Bloco de Esquerda há muito que tem vindo a defender esta ideia. Obviamente, estamos de acordo com ela.

Mas o verdadeiro problema, quanto a nós, está no facto desta proposta servir, afinal, para o Partido Socialista esconder (nos Açores) que vai votar favoravelmente os 'Círculos Uninominais', propostos pelo PS Nacional.

Deputado André Bradford (PS): Onde isto já vai!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Oh, senhor!

A Oradora: Ora, este tipo de Círculos estrangulam, Sr. Presidente, a proporcionalidade, a representatividade e, portanto, estrangula a democracia, que é aquilo que as listas de independentes pretendem exatamente abrir.

Aliás, o mesmo objetivo é, também, perseguido pelo PSD, quer na República, quer nos Açores (aqui, através da diminuição do número de Deputados/as, nesta Assembleia Legislativa).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

A Oradora: Também, nesta matéria, parece não haver alternativa: - perante os problemas, toca de cercear a Democracia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: - Conselhos de Ilha eleitos e dotados de competências executivas – no nosso entendimento aumentam a burocracia, trazem mais dores de cabeça para os/as Açorianos/as e acarreta mais cargos políticos desnecessários.

Pior do que isso: - quando os Açores precisam de mais Região, para os combates políticos e económicos que se avizinham, contra o centralismo e a gula de tantos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... o Senhor Presidente do Governo Regional propõe, precisamente, o contrário do que seria expectável, ou seja, 'regionalizar' a Região. A expressão não é minha, mas subscrevo-a inteiramente.

Quanto à extinção do cargo de Representante da República - já, em 2007 e 2008, deixámos bem clara a nossa posição. Não nos é simpática esta figura e estamos abertos a este debate, desde que as soluções encontradas sejam mais democráticas e não governamentalizem as funções, agora, inerentes ao referido cargo.

Ora, não nos parece que, no atual quadro político da Região e num futuro próximo, que a proposta de criação da figura de 'Presidente dos Açores' seja imune à governamentalização do mesmo cargo.

Quem sabe, poderá vir a ser necessário criar emprego a algum desempregado político. Mas este não é (nem será nunca) um assunto de relevância para a Autonomia.

O Bloco de Esquerda está aberto e disponível para todo este tipo de debate. Até porque propusemos o seu início, no local que considerámos mais habilitado para tal, isto é, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assim não o entendeu o Partido Socialista. É pena.

Finalmente, lamentamos que as propostas iniciais do Senhor Presidente do Governo Regional versem, em nossa opinião, não o essencial, mas muito o acessório.

A Autonomia dos Açores precisa de mais ousadia!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Há muito tempo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o CDS-PP resolveu, na sequência também do desafio lançado pelo Sr. Presidente do Governo, propor este debate sobre a reforma da Autonomia.

Sobre a reforma da Autonomia, e face àquilo que já aqui ouvi, talvez conviesse dizer em primeiro lugar, tal como uma expressão da música clássica, que *la donna è mobile* ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso não é clássico, é erudito!

O Orador: ... e, portanto, a Autonomia não nasceu há 40 anos.

No caso do Sr. Deputado Joaquim Machado eu não usaria uma expressão tão clássica, talvez uma mais popular.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É que isso não é clássico, isso é ignorância!

O Orador: O que eu queria dizer é que quem ouviu, por exemplo, o Sr. Deputado Duarte Freitas, pode ficar com a sensação que nós temos Autonomia do primeiro Estatuto.

Ora bem, isso não é verdade.

A verdade é que paulatinamente os partidos da Região, os seus dirigentes, na sua inserção nacional, quer ao longo de várias revisões constitucionais onde a matéria autonómica e o aperfeiçoamento autonómico têm dominado, designadamente com a extinção do cargo de Ministro da República e o surgimento do cargo de Representante da República, por

exemplo, quer ao nível regional, quer com o trabalho que esta Assembleia fez há duas legislaturas (e que também foi aqui recordado pelo Sr. Deputado Artur Lima e bem), quer ao nível do sistema eleitoral, quer ao nível da revisão do Estatuto.

Efetivamente falou-se aqui e bem, através da Sra. Deputada Zuraida Soares (bem nesta parte), acerca das nossas angústias, acerca do aproveitamento dos nossos fundos marinhos, mas se calhar nós só temos essa dúvida e essa angústia, porque a 3.^a revisão do Estatuto pela primeira vez consagrou algo que se chama gestão partilhada, ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... porque sem isso estávamos livres de angústias.

Também é bom lembrar (porque estas questões às vezes as pessoas esquecem-se que elas também dão pão como disse na última campanha eleitoral um político dos Açores) que talvez não tivéssemos, pelo menos de forma tão clara e tão significativa, o acórdão do Tribunal Constitucional que tivemos aquando de uma fiscalização preventiva a um orçamento dos Açores se a remuneração complementar e a sua história e os conceitos de adquirido autónómico não tivessem sido colocados na história da 3.^a revisão do Estatuto Autónómico.

Por isso, Sr. Deputado Artur Lima, nós viemos sem bibliografia para este debate, mas podíamos talvez com algum orgulho mostrar este livrinho, ...

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra à Câmara o Estatuto Político Administrativo dos Açores)

... que é o 3.^o Estatuto, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não combinamos nada, mas ele está aqui!

O Orador: ... porque até tivemos a honra de viver um tempo interessante em que V. Exa., eu próprio, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o Sr. Deputado Pedro Gomes que aqui já não se encontram também batalhámos por este Estatuto.

É preciso efetivamente concretizá-lo, mas é preciso concretizá-lo tendo em conta e cultivando também a virtude da paciência, porque o Estatuto tem que fixar as regras, mas o verdadeiro sentido prático dessas regras será dado em grande medida pela interpretação que delas fizer, designadamente o Tribunal Constitucional e vemos que essa interpretação, mesmo relativamente à 3.^a revisão do Estatuto, com tempo e com alguma penosidade tem vindo a evoluir e tem vindo a consolidar finalmente algumas das mudanças que foram introduzidas, mas precisamos também, Sr. Deputado Artur Lima, ter consciência que quando nós incluímos na 3.^a revisão, em vez dos Conselhos de Ilha, órgãos representativos das ilhas, também fizemo-lo com uma determinada intenção, por exemplo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Ou seja, quisemos deixar uma abertura para que esse órgão pudesse eventualmente ter outra configuração.

Esse é um dos desafios lançados pelo Presidente Vasco Cordeiro que naturalmente há de ser aqui discutido, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aí eu posso interpretar o espírito do legislador!

O Orador: ... porque estas reformas, é preciso dizê-lo, em primeiro lugar temos que ter em conta que no essencial o sistema jurídico-

constitucional e estatutário que temos tem funcionado, tem permitido a democracia, tem permitido (e melhorou naturalmente com a outra revisão da Lei Eleitoral) a representatividade e a pluralidade, tem permitido a estabilidade governativa.

Pode ser melhorado?

Com certeza que sim e deve ser melhorado não com a pressa dos demagogos, mas também não com o receio fixista de quem acha que tem direitos de autor.

Esta matéria requer, portanto, ponderação, porque, por exemplo, é preciso ter a coragem democrática de, quando se pensa na reforma da Lei Eleitoral, dizer a que princípios ela obedece e é preciso sempre resistir à tentação demagógica de não dizer apenas aquilo que se acha que agrada, numa primeira linha, às pessoas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora!

O Orador: Mas esse foi o trabalho a que felizmente esta Assembleia chegou e talvez seja também por isso que nós com alguma angústia, acerca de três anos, esperamos ansiosamente por uma proposta concreta de reforma da Lei Eleitoral vinda do PSD que consiga aquele milagre de reduzir deputados ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Dezembro de 2012!

O Orador: ... e manter todos os princípios que a revisão da Lei Eleitoral efetivamente consagrou e provou, como nós vemos bastando olhar para a composição deste Parlamento.

Mas foram ditas aqui algumas coisas e alguns princípios que naturalmente estamos todos de acordo.

É óbvio que essas reformas só se fazem com a ponderação e a vontade de construir consensos, como tentámos construir (e conseguimos com uma importante exceção) na revisão da Lei Eleitoral, como tentámos construir na reforma do Estatuto, como naturalmente é intenção do Sr. Presidente do Governo ao lançar o debate construir esses consensos entre a sociedade civil, entre as diversas forças partidárias e naturalmente junto das pessoas, das açorianas e dos açorianos, mas a este respeito, como aliás também já lembrou o Sr. Presidente do Governo, temos que ter em conta os mecanismos constitucionais disponíveis.

Não foi à toa que o Sr. Presidente do Governo alertou para as limitações constitucionais do referendo. Efetivamente todos nós sabemos que de acordo com a Constituição uma das coisas que está expressamente proibida, ou temas expressamente proibidos de serem referendados são alterações à Constituição e, portanto, nós se queremos fazer uma reforma consensual e participada temos que nos socorrer de outros mecanismos de saber a vontade do povo e nós para sabermos esses mecanismos ... Um deles naturalmente é através do clássico e democrático e sempre eficaz contrato eleitoral.

É na sequência de um debate profundo que cada um dos partidos, na altura própria e num movimento que deve partir dos Açores, tal como a revisão do Estatuto deve partir dos Açores, e numa iniciativa exclusiva e reservada deste Parlamento deve partir dos Açores devidamente legitimada pelo contrato eleitoral. É essa a proposta do Sr. Presidente do Governo. Parece-nos que é esta a forma possível e a forma ideal e correta de se legitimar, de se consensualizar e de fazer participar as pessoas, numa reforma que se quer importante, que se quer que aperfeiçoe o nosso sistema e que se quer também o mais consensual possível.

Creio que o debate está lançado. Não temos pressa, mas temos todos naturalmente o dever de ir contribuindo para ele e de ir tomando posição.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por reforçar e lembrar uma questão que foi abordada pela Sra. Deputada Zuraida Soares e que depois o Deputado Francisco Coelho enfatizou e que tem a ver com o seguinte.

Nós temos em vigor um Estatuto Político Administrativo que fez agora seis anos que está em vigor e lembrar também, ou socorrer-me, de uma expressão que foi utilizada pelo Sr. Presidente do Governo Regional e que depois o Deputado Francisco Coelho enfatizou e que dá conta do seguinte: aquilo que resultou da 3.^a revisão do Estatuto Político (aquilo que resultou, o nosso Estatuto atual) não é bem a mesma coisa das versões do Estatuto anterior. Tem um conteúdo e uma força política completamente diferente.

Importante é dizer também, e reforçar esta ideia, de que infelizmente nesta legislatura perdeu-se a oportunidade. E se o Bloco de Esquerda o reforçou aqui, o PCP tem vindo sistematicamente desde o princípio da legislatura, também formalmente na Conferência de Líderes, a solicitar e a chamar a atenção para a importância da constituição (nesta legislatura eventualmente já não o virá a acontecer) de uma comissão para a

operacionalização do Estatuto Político Administrativo naquilo que ainda nos falta fazer.

Relativamente às questões do debate da reforma da Autonomia que o CDS nos trouxe aqui gostaria de tecer algumas considerações, desde logo o seguinte: a Autonomia constitucional. O que é que a Constituição diz sobre ela, no seu artigo 225.º?

“A autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.”

Isto é o que diz a Constituição.

É certo que a Autonomia, conseguida pela Revolução de Abril, (diria mesmo que é uma das melhores conseguidas conquistas da Revolução de Abril) tem transformado ao longo destes anos da Autonomia a face dos Açores, infraestruturou-se, melhoraram-se os índices de qualidade de vida da população açoriana. Tudo isto é verdade, mas também é verdade que subsistem alguns problemas estruturais que estão por resolver.

Será que as dificuldades que nós hoje estamos a sentir, que os açorianos e as açorianas estão a sentir hoje, resultam do quê?

De que este quadro constitucional e estatutário não serve, nos limita, que não nos permite intervir de forma a melhorar os indicadores sociais na Região de retirar a economia regional da anemia que está a viver?

Não me parece.

A revisão constitucional de 2004 e a revisão do Estatuto consagra à Região Autónoma dos Açores, aos seus órgãos de poder próprio, um conjunto muito alargado de competências que nos permite intervir no sentido de melhorar os indicadores sociais que temos, isto é, será que é

por causa do Representante da República ou porque os Conselhos de Ilha têm apenas as competências que hoje têm, ou porque há (segundo alguns) uma fraca participação dos cidadãos na vida política regional?

Será por isso que a taxa de desemprego na Região é tão elevada?

Será por isso que nós temos o risco de pobreza que temos na Região Autónoma dos Açores?

Será por esses motivos?

Não me parece!

Portanto, a prioridade, julgo eu, julga a Representação Parlamentar do PCP, é utilizar as competências da Autonomia para intervir, usá-las até ao seu limite e elas não foram usadas ainda.

Deputado José San-Bento (PS): Um conservador não diria melhor!

O Orador: Não foram usadas!

Tenha calma, Sr. Deputado, que já lá vamos!

Deputado José San-Bento (PS): Um conservador não diria melhor!

O Orador: Tenha calma!

Isso é que é fundamental e por que é que estas questões, embora elas estejam sempre na agenda política (estão sempre na agenda política) ...

Mas elas vêm para a agenda política agora porquê?

Por um lado, o PSD coloca esta questão na agenda política porquê?

Pela sua visível incapacidade de se afirmar como um partido de alternativa política. Qualquer dos outros quatro partidos da oposição se têm afirmado muito melhor como uma alternativa política ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... do que o PSD.

(Risos do Deputado Luís Garcia)

O PSD precisa de trazer para a agenda política estas questões porque é um vazio, é um deserto de ideias, não é alternativa ao Partido Socialista, até porque as semelhanças com o Partido Socialista são muitas, mais que muitas.

Deputado Luís Garcia (PSD): O PCP é que é! O PCP é o poder!

O Orador: Por outro lado, o PS agarra nesta questão porquê?

Eu sei que há dificuldades externas e não deixo de as considerar, mas o PS e os seus governos e os governos do PS têm, não só por incapacidade, ou melhor, para além da incapacidade (porque até reconheço capacidade), por uma questão de opção, não têm utilizado os limites, digamos, todas as nossas competências para poder encontrar de facto uma via de desenvolvimento diferente, Sr. Presidente. Diferente, não igual há que existe no continente ou noutros pontos do continente europeu. É isso que é fundamental, porque é preciso encontrar um modelo de desenvolvimento social e económico para a Região, utilizando aquilo que são as nossas competências e promovendo aquilo que são os desígnios da Autonomia, desde logo, um deles, a coesão social territorial e económica da Região e isso o PS e os governos do PS não têm feito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não esgote o seu tempo!

O Orador: Não têm feito!

Quer isto dizer que o PCP não está disponível para discutir, para refletir a questão da reforma do sistema autonómico?

Certamente que está! Essa não é a nossa prioridade, mas estamos.

Já tinha dado conta disto publicamente, enfim, até na qualidade de líder do PCP-Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Coordenador!

O Orador: ... mas já tive oportunidade de formalmente informar o Presidente do PS-Açores de que estamos disponíveis certamente para o encontro que nos propõe e para a reflexão que nos propõe. Estamos, mas há aqui uma questão que é fundamental: a nossa prioridade, a prioridade do PCP é resolver problemas que garantam os direitos dos açorianos, direitos básicos (direito ao trabalho, direito à educação e à saúde). Isso é que é fundamental!

Deputado José San-Bento (PS): Já percebemos isso!

O Orador: Essa é a nossa prioridade, porque há hoje muitas famílias açorianas que hoje aquilo que estão à procura é de um meio de pôr pão para alimentar as suas crianças.

Portanto, é importante a reflexão ou o debate sobre o sistema autonómico?

É, sim senhor! Não é a nossa prioridade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não é nessas matérias, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas estamos disponíveis para o fazer.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, mas não é nessas matérias! Educação, transportes ...!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero felicitar o CDS-PP por trazer esta questão a debate. É uma questão absolutamente fundamental.

Devo dizer, em relação a esta matéria, que o que nós estamos a assistir é a um debate em que por parte do Sr. Presidente do Governo Regional e Presidente do Partido Socialista e também por parte do Partido Social Democrata não existiu aqui uma sinalização objetiva das questões que estão aqui a ser discutidas.

Deputado André Bradford (PS): Sistémicas!

O Orador: Quero referenciar o seguinte, quero aqui destacar dois pontos que considero fundamentais.

O primeiro deles: o que é que disse o Sr. Presidente do Governo Regional em relação às reformas?

Vou, nesta primeira abordagem, referenciar apenas dois aspetos: criação de Conselhos de Ilha, reforço, alteração dos Conselhos de Ilha.

“Assim, considero que é útil que se debate a possibilidade desses que passarem a ser órgãos com competências executivas, resultantes, por um lado, de um processo de transferência de competência de municípios das ilhas e, por outro lado, da delegação de competências regionais.”

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Leia o resto!

O Orador: Repito: ...“de transferência de competência de municípios das ilhas e, por outro lado, da delegação de competências regionais.”

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Leia o resto!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se distraia!

O Orador: Já leio. Só tenho 10 minutos. Não posso ler tudo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Boa!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: A outra questão, condição, para que esse novo figurino possa ser implementado é que os mesmos “passem a ser órgãos dotados de legitimidade democrática resultante de eleições [resultante de eleições!].”

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E que não que se traduzam no aumento de burocracia ou da criação de cargos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Presidente vai ter que explicar como!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Explico, explico!

O Orador: Sra. Presidente, portanto o que aqui está, por parte do Sr. Presidente, é muito claro. São órgãos que vão receber competências quer por parte do Governo Regional, quer por parte dos municípios, e são órgãos que vão ser eleitos por sufrágio universal no âmbito da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, é esta a questão que está aqui.

A segunda questão para referenciar de forma clara, também vou ler, em relação ao âmbito da extinção, da forma como se vai fazer e realizar a extinção do Representante da República diz o seguinte: “Nesse processo de extinção dessa figura institucional, lembrando Dinis Moreira da Mota (poderíamos dizer processo de emancipação de tutelas desnecessárias), é igualmente ponderar que o seu acervo competencial deva ser afeto a soluções organizativas de raiz regional criadas ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ou a...?

O Orador: ... ou a criar.” Este “ou a criar” contempla obviamente a criação de um Presidente da Região.

Portanto, meus senhores, foi isto exatamente que disse o Sr. Presidente do Governo Regional que não é isso exatamente que diz depois na carta que enviou para os partidos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe o seu tempo!

O Orador: Não é precisamente isso que diz na carta que enviou para os partidos em que algumas destas matérias estão omitidas do ponto de vista do desenvolvimento da ideia, do conceito inicial.

Acho que estas questões são essenciais.

Já aqui se disse que nós temos que ter, que nós temos que conseguir uma solução unânime.

Penso que a política e os projetos políticos são projetos políticos em que é possível unanimidade nalgumas matérias e noutras não é, porque nós estamos aqui presentes nesta Assembleia com este pluralismo partidário exatamente porque temos ideias diferentes e apresentamos ideias diferentes à sociedade açoriana.

Portanto, nessas diferenças há matéria em que nós consideramos que é possível de facto chegar a consenso e há outras que lhe posso dizer desde já que não é possível.

No âmbito dos Conselhos de Ilha, Conselhos de Governo, ou seja, criar Governos de Ilha como existem nas Canárias, ou Governos de Ilha como existem nas Baleares, digo-lhe já que não estamos de acordo, porque nesta matéria não é possível um acordo. Nós não queremos criar novos níveis de poder, nós não queremos criar mais burocracia, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Nem eu!

O Orador: ... nós não queremos criar mais políticos, mais despesa, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Nem eu!

O Orador: ... mais uma administração suplementar e aqui, Sr. Presidente, estamos em absoluto desacordo. Por aqui não queremos ir.

Quero dizer-lhe outra questão: o senhor também contempla a possibilidade de criação de um Presidente da Região. Contempla essa possibilidade. Não só, mas também!

Quero dizer-lhe que em relação a essa matéria existe uma discordância absoluta e total.

Eu não quero criar um sistema semipresencialista que crie o caos político na Região e não quero criar novos níveis de conflitualidade na nossa Região.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor é um camarada, é o que o senhor é!

O Orador: Devo-lhe dizer, para terminar esta primeira intervenção, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Primeira e última!

O Orador: ... também o seguinte: esta questão tem que ser debatida porque o Sr. Presidente dizia: “Quero reforçar o envolvimento dos açorianos na vida democrática. Queremos maior transparência.”

Digo-lhe: acha que é transparente eleger deputados para a Assembleia da República que não tenham um compromisso claro em relação a esta matéria, sendo que esses deputados serão obrigados a votar as alterações que o senhor aqui sugere na Assembleia da República?

Esses deputados açorianos têm que ter um mandato claro por parte do povo açoriano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O senhor ao dizer que isto é para 2016 o que está a querer é dar um cheque em branco. Estes deputados têm de dizer aquilo que pensam sobre isto e têm que assumir compromissos políticos com a população dos Açores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem várias inscrições ainda.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar dos tempos restantes para fazermos o intervalo.

Secretário: Governo Regional, 21 minutos e 20 segundos; Partido Socialista, 23 minutos e 15 segundos; CDS-PP, 16 minutos e 40 segundos; PSD, 16 minutos; Bloco de Esquerda, 3 minutos; PCP, 35 segundos e PPM, 4 minutos e 15 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então fazer agora o intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 27 minutos.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Vamos então continuar o nosso debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Ora bem, primeira questão e que me parece que é essencial começar aqui a pôr os pontos nos *iis*.

Se não era crucial discutir este assunto neste ano de 2015, não sei por que é que se aborda no ano de 2015. Então deixávamos para 2016, Sr. Presidente do Governo.

Se não é importante que os nossos eleitos da Assembleia da República levem mandato e tenham opinião, que o povo saiba o que é que eles pensam sobre o assunto, então deixar isso para 2016 não me parece sequer bom princípio democrático.

Portanto, o senhor tinha mais um Dia da Região para lançar esse desafio para 2016 e até mais próximo das eleições, em maio do ano que vem, mas resolveu fazê-lo agora.

Quanto ao referendo, Sr. Presidente, não nos vamos refugiar aqui em questões legalistas. Tudo depende da pergunta e daquilo que nós quisermos perguntar. Não haja medo de consultar o povo!

Não queremos é decidir a criação de mais tachos, de mais cargos políticos, mais conflitualidade, mais despesa nas costas do povo.

Vamos perguntar ao povo. A pergunta pode ser a que a gente quiser e tenho aqui a lei. Tudo depende da maneira.

Portanto, este assunto para nós nem sequer é relevante, nem é sequer discutível.

De resto, acho que é perfeitamente possível.

O que é fundamental na Autonomia...

É claro que vem em 2013 o PSD, vem o PS, mas em 2011 nós já dizíamos isto.

Quer dizer, é preciso refundar a Região. 2011, *Diário Insular!*

Mas refundar a Região na criação de emprego, em melhor saúde, em melhor Autonomia, em mais coesão, em melhores transportes, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Educação!

O Orador: ... em igualdade de acesso aos transportes e à saúde, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Educação!

O Orador: ... em melhor educação, em igualdade de acesso aos concursos públicos, outro modelo de gestão da função pública, premiar o mérito. Isso é que é preciso na Autonomia. Isso é que é dignificar a Autonomia.

Não é criar mais cargos políticos, Sr. Presidente do PSD.

Conflitualidade! O Presidente do Conselho de Ilha eleito, membros de Conselho de Ilha que depois é um conclave de presidentes. Mais conflitualidade!

Os senhores vão explicar-me quanto é que esta gente ganha, como vão ser pagos, ou se isso vai ser em regime de voluntariado, tipo a Caritas, ou outra associação qualquer.

É em regime de voluntariado que o Presidente dos Açores vai exercer o cargo?

É em regime de voluntariado que os presidentes do Conselho de Ilha vão exercer o cargo?

Como é que se financia o funcionamento do Conselho de Concertação Regional, Sr. Presidente do PSD? Estou a falar consigo.

Como é que financia isto tudo?

Onde vai buscar verbas para isso tudo?

E depois, quem esvaziou, politizou, partidarizou os Conselhos de Ilha foi justamente o PSD e o PS.

Dou-lhe o exemplo quando a câmara, o poder autárquico, é do PSD, o Conselho de Ilha funciona pela bitola do PSD; quando é do PS, funciona pela bitola do PS, como se viu recentemente no Conselho de Ilha da ilha Terceira.

Deputado Francisco César (PS): E em São Jorge?

O Orador: Portanto, os senhores politizaram e partidarizaram os Conselhos de Ilha, esvaziaram-nos de conteúdo.

De resto, contributos para a Autonomia.

Sim, senhor!

Demos na questão do Estatuto.

O PSD esteve ausente.

Demos na questão da Lei Eleitoral.

O PSD não quis participar.

Esta Assembleia não existiria pela proposta do PSD.

Agora, queremos mais cargos, queremos mais conflitualidade?

Quero saber como é que se resolve isso. Como é que os senhores resolvem.

É aqui, ao contrário do que aqui se dizia, Sr. Presidente do PSD, ...

É importante melhorar a vida das pessoas. Foi a sua primeira frase, mas não é com mais presidentes de ilha, mais conclaves, mais Presidente dos Açores.

Quer dizer, os senhores estão a arranjar uma espécie de escala hierárquica em que se é talvez deputado, depois se é eventualmente Presidente do Governo Regional e depois Presidente dos Açores. É assim uma escala hierárquica que depois não sei qual é o cargo que vão criar acima. Há de ser, há de haver mais um, mas talvez não seja neste regime.

Depois é preciso saber...

É engraçado o referendo, que é matéria constitucional.

Então de que serve nós fazermos aqui as coisas se apenas e só depende da República?

E aqui eu digo: nem o PS, nem o PSD nacional concordam com o Presidente dos Açores. Portanto, os senhores estão a entrar numa contradição se não querem o referendo.

Como é que vão discutir?

Vão levar daqui o quê se isso depende dos partidos nacionais?

Estamos aqui a fazer o quê?

É isso que nós temos de saber.

Depois, o que era importante discutir aqui, Sr. Presidente do PSD e Sr. Presidente do Partido Socialista (Sr. Presidente do Governo, neste caso), é como já aqui ontem se tentou abordar: o que era importante discutir é qual o modelo de desenvolvimento económico e social para os Açores.

Não é a criação de mais tachos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... mais despesas, mais cargos.

Qual é o modelo de desenvolvimento económico e social dos Açores melhor do que este que traga bem-estar material aos açorianos, Sr. Presidente do Governo?

É fundamental!

Bem-estar às famílias açorianas, melhores condições aos alunos, tirar os alunos da Ação Social Escolar, dar rendimentos aos pais, ter maior sucesso no rendimento escolar, ter melhor saúde, não dificultar o acesso aos açorianos aos transportes, terem todos as mesmas condições de igualdade no acesso à saúde, aos transportes e à educação que não existe, Sr. Presidente do Governo.

É fundamental dar bens materiais e bem-estar material aos açorianos que hoje em dia muitos e muitos não têm e sobretudo é preciso equidade no acesso aos concursos, sobretudo é preciso justiça em gastar dinheiros

públicos, em não esbanjar dinheiros públicos, em não fazer investimentos faraónicos, em não fazer investimentos que não são reprodutivos.

Isso é que é preciso! Um modelo económico de desenvolvimento da Região. É isso que nós estamos prontos e dispostos a discutir.

Não estamos dispostos a discutir (como eu já disse) o quadro comunitário de apoio, a fazer quadros comunitários de apoio apenas para ganhar eleições. Queremos quadros comunitários de apoio para desenvolver os Açores.

É importante que digam, o PS, o PSD e os seus candidatos, o que pensam da criação do cargo de Presidente dos Açores.

Quanto custa Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD?

Quanto custam os Conselhos de Ilha no seu modelo?

Quanto custa o Conselho de Concertação Regional no seu modelo?

Quanto custa isto tudo?

Ou será tudo *pro bono*?

Aguardo as respostas de Vs. Exas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tenho o maior respeito pela sua inteligência, peço é que também tenha respeito pela minha.

O senhor levanta-se daí para dizer-me a mim que não concorda com o Presidente do Governo dos Açores e o que é que eu tenho a ver com isso?

Não propus o Presidente do Governo dos Açores.

O senhor se quer dizer que não concorda com o Presidente do Governo dos Açores tem é que se voltar para quem fez a proposta.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não tem a ver com o Presidente dos Açores, tem a ver com o senhor que é Presidente do Governo dos Açores!

O Orador: Ele também não concorda com o Presidente do Governo dos Açores!

(Risos da câmara)

Portanto, se não concorda tem é que se voltar para quem fez a proposta. Eu não tenho nada a ver com isso!

Além disso, Sr. Deputado, não queira ler no meu discurso aquilo que lá não está e aquilo que lá não está é a proposta de criação de Presidente dos Açores.

Portanto, julgo que estamos esclarecidos numa postura de mútuo respeito pela inteligência de cada um.

Sr. Deputado Artur Lima, o senhor quer discutir o modelo de desenvolvimento económico e social para os Açores.

Mas, oh, Sr. Deputado, até parece que não foi o senhor que fez essa proposta de debate hoje aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também!

O Orador: Então se o senhor quer discutir o modelo de desenvolvimento económico e social para os Açores pois apresente isso. Quem quis discutir a reforma da Autonomia foi o senhor. Quem fez a proposta deste debate foi o senhor.

Portanto, vamos ver se nos entendemos nessa parte.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro que nos entendemos! Não tenho dúvida nessa matéria.

O Orador: Relativamente à questão do referendo, oh, Sr. Deputado Artur Lima, acho perigoso nós ... Não quero cometer a injustiça de dizer brincarmos, porque sei que não é essa a sua intenção. A questão do referendo não é aquilo que nós quisermos.

O que esta Assembleia disse foi que o referendo é aquilo que o Tribunal Constitucional deixar que seja e esta Assembleia, por proposta do Partido Comunista, disse que há matérias que estão excluídas de referendo. É tão claro quanto isso!

Portanto, tudo depende da pergunta que nós quisermos fazer, mas tudo depende é da resposta que nos der o Tribunal Constitucional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não arriscámos no passado?

O Orador: Claro, claro! Com certeza!

Gostava só de dizer uma questão. Reconheço todo o mérito e toda a validade às questões ... Aliás, tenho posições públicas sobre essa dicotomia, digamos assim, entre a componente material da Autonomia, do progresso, do desenvolvimento, do bem-estar social que ela trouxe aos açorianos e desse ponto de vista esses 40 anos são uma história de sucesso. Não nos envergonhemos disso, nós, açorianos!

Não é o partido *a*, *b* ou *c*. É nós, açorianos, não nos envergonhemos disso, mas ela não se resume a isso.

Aliás, acho perigoso nós resumirmos a questão da Autonomia apenas à questão do progresso material por muito importante que ele seja e é efetivamente muito importante.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem agora a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e de uma forma o mais clara e objetiva possível, porque possivelmente não fui bem entendido, ou o PSD-Açores e as suas afirmações não terão sido bem entendidas, mas para quem tem ainda alguma dúvida, apesar das explicações que nós já demos, que fique muito claro, mas muito claro: nós nunca propusemos nem defendemos competências executivas para os Conselhos de Ilha. Nunca defendemos, nunca (sublinho!) competências executivas para os Conselhos de Ilha.

Quem disse que o PSD o defenderia enganou-se.

Em segundo lugar, em relação aos custos do Conselho de Ilha com legitimidade direta, democrática que nós propusemos: eles serão iguais ou menores aos atuais Conselhos de Ilha.

Deputados Joaquim Machado e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Repito: serão iguais ou menores aos atuais Conselhos de Ilha! Portanto, não há nenhum dispêndio a mais de dinheiros públicos. Antes, eventualmente, pelo contrário.

Repito: não há competências executivas dos Conselhos de Ilha e o seu custo com a representatividade legítima direta será igual ou menor aos atuais custos dos Conselhos de Ilha.

Que isto fique totalmente claro. Possivelmente fui eu ou o PSD que não nos explicámos bem. Não quero acreditar que alguém tenha tentado colocar nas propostas do PSD-Açores aquilo que elas não propunham.

Não às competências executivas dos Conselhos de Ilha e custos iguais ou menores àqueles que temos hoje em dia.

Em segundo lugar, em relação ao Conselho de Concertação Estratégica ou Conselho Económico e Social, a mesma lógica.

Os custos serão iguais ou inferiores ao atual Conselho de Concertação Estratégica.

Em vez de ter uma tutela do Governo Regional, nós defendemos que seja uma tutela de alguém que seja eleito por maioria qualificada deste Parlamento Regional, como acontece já a nível nacional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é tão simples, tão cristalino que possivelmente fomos nós que não nos explicámos bem. Espero que a partir de hoje não subsista qualquer dúvida na mente de ninguém em relação a esta matéria, porque se subsistir então aí ou já não somos nós que nos estamos a explicar mal, ou já não são as outras pessoas que não estão a perceber bem. É algo mais que nós não queremos aqui hoje discutir.

Portanto, que fique muito claro em relação a esta matéria estes dois pontos, cristalinamente para que não mais se possa ter a mais pálida dúvida em relação a isto.

Dizendo, aliás, que não gastando mais com os Conselhos de Ilha, não gastando mais com os Conselhos de Concertação Económico e Social, Conselho de Concertação Estratégica, nós vamos obter com as propostas que fizemos, entendemos nós (mais que estão naturalmente em cima da mesa para discutirmos e não será hoje aqui certamente que elas vão ter a luz do dia em termos de consenso), que quer seja por uma legitimidade direta, democrática dos Conselhos de Ilha, quer seja para retirar a tutela do Governo Regional do Conselho Económico e Social, como aliás, já existe a nível nacional, estamos a contribuir, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é outra coisa!

O Orador: ... por um lado, para ter uma participação melhor da sociedade civil no âmbito do Conselho Económico e Social, que aliás a nível nacional o representante dos Açores é eleito por este Parlamento, como o Presidente a nível nacional é eleito por maioria qualificada do Parlamento nacional, e neste caso aqui estamos de alguma forma a aprender com aquilo que são as melhores práticas políticas de transparência e de democraticidade que existem a nível nacional e que nós também já contribuímos para elas através da eleição do nosso representante.

Portanto, queremos um Conselho de Concertação Económico e Social, ou Conselho de Concertação Estratégica, que seja fora da tutela do Governo, o que certamente dará uma força maior aos parceiros sociais e é este que é um dos objetivos.

Faço recordar um dos objetivos que eu aqui defini, um dos princípios daquilo que temos vindo a refletir, que é uma maior participação das pessoas e da sociedade civil no processo político.

Isto também é um passo nesse sentido de transparência e democraticidade.

Em relação aos Conselhos de Ilha, gastando igual ou menos podemos ter uma representatividade e uma legitimidade democrática direta. É o que nós entendemos.

Agora se vai ser assim ou não vai estamos disponíveis para discutir.

Que fique é claro o que é que nós defendemos e o que é que nós não defendemos.

Menos custos no Conselho Económico e Social, menos custos nos Conselhos de Ilha, sem dúvida nenhuma! É isso que nós defendemos, como defendemos também há muito a diminuição substancial dos cargos

políticos e de nomeação política. Até identificámos em cerca de 100 cargos que podemos diminuir, ...

Deputado José San-Bento (PS): Pode começar por menos cargos na Câmara de Ponta Delgada!

O Orador: ... mas isso tem mais a ver com a componente de governação e certamente o próximo Governo Regional, ou qualquer Governo Regional, poderá ter mais ou menos cargos de nomeação política.

Nós entendemos que deve ser feito um esforço para haver menos cargos políticos e de nomeação política, menos gastos por essa via, menos gastos no Conselho Económico e Social, menos gastos nos Conselhos de Ilha, maior transparência, maior participação popular, maior democracia. É isso que nós defendemos e que penso que a partir de hoje aqui não fica qualquer dúvida.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Creio que é importante nós delimitarmos aquilo que é efetivamente o âmbito desta discussão.

O CDS-PP quis nos trazer e bem (já disse e reitero) uma discussão sobre a reforma e a arquitetura jurídico-constitucional da Autonomia.

Sabemos que isso é importante. Sabemos que há sempre também questões candentes, concretas do dia-a-dia que têm a ver com centralidades, como a matéria económico-social, as acessibilidades, os transportes que são essenciais, mas em bom rigor essas questões, o seu aperfeiçoamento, há de sempre pôr-se, há de sempre ser candente, há de sempre ser atual.

Em bom rigor, não podemos deixar decorar das reformas jurídico-constitucionais da arquitetura da Autonomia, porque senão nunca as fazemos, porque estes assuntos vão sempre estar presentes.

Depois também é verdade que as duas coisas não estão nunca completamente desligadas. Havemos todos de concordar que era essencial para os Açores, que era essencial para muitas famílias açorianas, que a remuneração complementar, tal como esta Assembleia aprovou, pudesse ser paga aos açorianos. Trata-se de algo muito palpável e de muito concreto, mas isso envolveu uma questão constitucional e tinha que estar efetivamente previsto no sentido de termos essa competência como ela foi reconhecida.

Portanto, temos que ter bem presente, por um lado, aquilo que é o objeto desta discussão.

Ontem, tivemos oportunidade, por iniciativa do BE, por exemplo, de discutir o modelo económico-social daquilo que são as questões constitucionais.

Depois, reitero também aquilo que disse na minha primeira intervenção: é fundamental nestas questões a pedagogia democrática e resistir sempre à tentação de cair nalguma demagogia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah sim! Demagogia desmesurada!

O Orador: ... porque nós também não podemos, Sr. Deputado Artur Lima, dizer que o PSD quando fala apenas em diminuição de deputados (sem referir os princípios) está a ser demagógico, mas também não podemos resumir qualquer reforma da Autonomia a uma criação maior ou menor de tachos.

Portanto, temos que ver estas coisas com equilíbrio, com moderação, com seriedade, aliás, dentro, diga-se, daquilo que é nestas matérias, e desde sempre, a tradição da nossa Autonomia da qual nos podemos orgulhar e tenho a certeza que continuaremos todos a ser fieis a essa tradição de moderação e de sobriedade nestas matérias.

Segunda questão, Sr. Deputado: a vontade do povo é que qualquer reforma, sobretudo estas reformas estruturais e institucionais sejam democráticas e sejam legitimadas. Estamos naturalmente todos de acordo, mas também não podemos esquecer o estado de direito, não podemos esquecer a Constituição, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunca ouvi falar tanto em Constituição!

O Orador: ... não podemos esquecer que é desde logo a Constituição que estabelece limites e condicionamentos ao referendo.

Uma das propostas, das mais antigas, diria eu, que está em cima da mesa, é exatamente a extinção do cargo de Representante da República.

Alguém porá em causa que essa alteração passa necessariamente por uma revisão constitucional?

Alguém porá em causa que o artigo 115.º da Constituição proíbe que matérias de alteração constitucional sejam objeto de referendo?

Mas talvez aí o Sr. Deputado Artur Lima, se me permite, nos possa ajudar, era talvez dizer quais seriam as perguntas, no entender do CDS-

PP, que poderiam ser objeto de referendo e talvez assim pudéssemos avançar.

O Partido Socialista tem outra ideia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem, tem!

O Orador: Acha que essa discussão e essa legitimação deve ser feita de outro modo, de um modo mais clássico, de um modo de discussão, de diálogo, de feitura de consensos e na altura própria de assunção de propostas que não de ser sufragadas através de eleições normais e democráticas.

Penso sobretudo que o que aqui está em causa, e já percebemos, ... Daí também a utilidade desta discussão.

Por exemplo, creio que todos estaremos de acordo se disser que ao longo de um processo continuado há um larguíssimo consenso nos Açores acerca da desnecessidade da figura do Representante da República, mas também sabemos (aliás, esta própria discussão também tem vindo a revelar isso) que não há um consenso ainda acerca da entrega da substituição das duas competências fundamentais que a figura tem a uma ou mais figuras.

Ora bem, nós para sermos consequentes diria que nós temos o dever depois dos anos a que já consolidámos esse consenso de dar o passo seguinte, de em coerência arranjar uma solução, mas nesse trabalho reconhecemos que ainda há muito trabalho a fazer. Então é necessário iniciar esse diálogo. É necessário tentar estabelecer consensos.

Eventualmente a solução a que se chegará não será bem a algumas das que estão em cima da mesa, serão outras, serão soluções concertadas, porque é isso que implica as negociações e as negociações feitas de boa-fé e que querem chegar a resultados.

O mesmo se pode dizer também acerca da abertura que o Estatuto Político Administrativo e a sua 3.^a revisão veio consagrar acerca dos órgãos de ilha.

Nós sabemos que desde a solução que temos e que até não deixámos de forma pragmática de a melhorar recentemente também por consenso.

Há um campo vastíssimo a que podemos chegar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Enfim!...

O Orador: Mas vamos ter que falar sobre isso, vamos ter que sopesar bem as diversas soluções que podem estar em cima da mesa ao nível competencial, ao nível da origem e da legitimidade democrática dos componentes desse novo órgão eventualmente a criar, acerca do seu estatuto, etc., etc., ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas qual órgão?

O Orador: Portanto, nós estamos num caminho de início e num caminho a percorrer. Não estamos, mas felizmente temos tempo, num caminho de chegada.

O que me parece importante é termos consciência de que há sempre coisas a melhorar, que temos algumas que estão identificadas, que inclusive temos algum consenso sobre questões importantes acerca, por exemplo, repito, da desnecessidade da figura do Representante da República e há todo um trabalho a fazer ao nível partidário, ao nível parlamentar, ao nível da sociedade civil e ao nível da pedagogia democrática e do envolvimento das diversas forças da sociedade civil e das açorianas e dos açorianos.

Esse caminho é também mais importante do que direitos de autor acerca das eventuais iniciativas, até porque terá sido mais do que uma. Não é isso que é relevante, pelo contrário, direitos proprietários podem

prejudicar não só o diálogo, como a chegada a consensos. Há um caminho aberto e há um caminho aberto onde creio a generalidade das nossas forças políticas está disposta a participar de boa-fé e a tentar chegar a soluções.

Diria: pois então mãos à obra.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Respeito, com certeza, a sua inteligência, mas também respeito aquilo que o Sr. Presidente escreveu. Não posso deixar de respeitar aquilo que o Sr. Presidente escreveu e em relação ao Representante, à extinção do cargo de Representante da República, escreveu que o “acervo competencial deve ser afeto a soluções organizativas de raiz regional, criadas ou a criar.” “Criadas ou a criar”!

O “a criar” contempla claramente a criação de um Presidente da Região. Parece-me absolutamente lógico, ou então o Sr. Presidente esclareça-nos o que é que está no seu espírito em relação a esta matéria.

Deputado Francisco César (PS): Ele já esclareceu!

O Orador: “Ou a criar”!

Então, Sr. Presidente, esclareça-nos o que é que vai no seu espírito se esta não é a interpretação.

Em segundo lugar, nós consideramos que esta questão é absolutamente fundamental, porque nós, a nossa interpretação, é de que a criação do Presidente da Região criaria o caos institucional na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: É evidente que, tal como sucede a nível nacional, se o Presidente da República fosse apoiado por determinados grupos de partidos e tivesse uma determinada proveniência ideológica estaria muitas vezes em conflito com um Governo que tivesse um apoio partidário diferente ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Portanto, a solução é mesmo monárquica!

O Orador: ... e uma Assembleia que tivesse uma composição e uma maioria partidária diferente.

Portanto, neste momento, enquanto nós precisamos da unidade dos Açores no combate aos centralistas, os senhores contemplam essa possibilidade e o Partido Social Democrata também enfraqueceria claramente a Autonomia dos Açores (enfraqueceria claramente a Autonomia dos Açores!) porque iria provocar e iria instalar nos Açores um conflito institucional permanente. Esta é a primeira questão.

Em relação aos Conselhos de Ilha os modelos estão aí. Basta olhar para as Baleares, para as Canárias e para os *cabildos* das Canárias.

Tenho aqui um orçamento de uma só ilha, o *cabildo* de uma só ilha. São 550 milhões de euros que aqui estão inscritos para o funcionamento desse Conselho de Ilha ou deste *cabildo*, no caso da Gran Canária, 550 milhões de euros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quantos habitantes tem?

O Orador: Os senhores dizem: “Bom, mas isto agora vai começar com senhas de presença!”

Foi assim que começámos em 1976, com senhas de presença e 43 deputados.

O que é que veio a seguir?

Um aumento significativo do número de deputados, vencimentos permanentes, subvenções vitalícias.

Deputado Francisco César (PS): Pensões vitalícias vindo de um monárquico é interessante!

O Orador: Foi tudo isto que veio sendo criado paulatinamente e, portanto, as coisas de facto começam sempre com ideias muito pouco claras em relação ao sistema, mas depois o que acontece nós podemos ver através da própria história da Assembleia Legislativa e daquilo que aconteceu em outras regiões autónomas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Duarte Freitas, tentou justificar uma parte, não me convencendo é certo.

Mas e o Presidente dos Açores?

Quanto custa?

Naturalmente é uma figura que quer dignificar, tem de ser uma figura digna, tem de ter uma representação digna. Não vai ser naturalmente inferior, em termos das suas acessórias, da sua representatividade, enfim, de tudo o que anda à volta, inferior ao Presidente do Governo Regional.

Se é o Presidente dos Açores deve ter um estatuto próprio, dignidade própria e condições condignas ao cargo. Há de custar dinheiro.

Quanto é que custa?

Está orçamentado?

Vai dizer-me que custa menos que o Representante da República?

Deputado Jorge Macedo (PSD): É a mesma coisa!

O Orador: É capaz de custar mais, porque este quem paga é a República; o dos Açores havemos de pagar nós. Logo, há um aumento de despesa e sobretudo há mais um cargo, sobretudo há mais conflitualidade, sobretudo quando chegar ao Dia da Região (já se empurraram uma coisinha no passado), quando chegarem três presidentes ao mesmo tempo a empurrarem-se para se sentarem na cadeirinha da frente vai ser uma coisa engraçada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É como a República! Na República eles empurram!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Arranja-se um banco corrido!

O Orador: Portanto, conflitualidade!

Isto é o exemplo mais *soft* que eu posso dar.

Agora, Sr. Deputado Francisco Coelho, eu nunca ouvi invocar tanto a Constituição para não avançar a Autonomia.

Deputado Francisco Coelho (PS): Convém invocá-la!

O Orador: Não! Nunca invoquei. Já ouvi o contrário dessa bancada e já agora quero saber: o Partido Socialista concorda ou não com a criação do cargo de Presidente dos Açores?

Concorda ou não com a proposta do PSD do cargo de Presidente dos Açores?

Concorda ou não com a criação do Sr. Deputado Duarte Freitas?

O senhor tentou aí disfarçar.

Conselho de Concertação Regional que é diferente da sua outra proposta do Conselho de Concertação Social, ter um presidente eleito de outra maneira e não dependente do Governo.

Conselho de Concertação Territorial composto pelos presidentes de ilha.

Como é que funciona?

Tem que ter funcionamento próprio, tem que ter despesa.

Portanto, há ou não há aumento de despesa?

(Neste momento, o Deputado Duarte Freitas acenou negativamente com a cabeça)

Há, Sr. Presidente.

Há ou não há?

Há!

Sr. Deputado Francisco Coelho, quanto ao Representante da República vou abster-me de lhe recordar a história, das defesas entusiásticas que fez o Partido Socialista dessa figura.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Partido Socialista tem uma história perfeitamente clara nessa matéria!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, já que fui diretamente interpelado e começando pelo fim.

A história do Partido Socialista acerca da figura do Representante da República e do Ministro da República é perfeitamente clara, conhecida.

O Partido Socialista dos Açores achou em determinada altura que a figura tinha alguma utilidade, defendeu-a e progressivamente foi fazendo (até porque os votos do Partido Socialista são obviamente essenciais para qualquer revisão constitucional) aquilo que é a realidade e aquilo que todos nós conhecemos. A figura foi sendo gradualmente esvaziada, inclusive mudou de nome e num processo gradativo de alguns anos a esta parte o Partido Socialista acha que é altura de dar o golpe de misericórdia na figura.

Portanto, não há aqui nenhum escândalo, nenhum segredo acerca da posição histórica, gradual do Partido Socialista acerca desta figura.

Portanto, sobre isso estamos absolutamente esclarecidos.

Sr. Deputado, há questões que são duvidosas, há questões que têm a ver com a afirmação da nossa competência, há questões que nós achamos que devemos arriscar e que devemos tentar firmar uma jurisprudência nova, mas, Sr. Deputado, há coisas que não vale a pena bater contra a parede.

Aquilo que são as regras e os limites ao referendo em Portugal parece-nos que não levanta grandes dúvidas interpretativas e parece-me absolutamente claro que matérias de revisão constitucional e matéria de competência absoluta da Assembleia da República estão vedadas ao referendo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse referendo até pode ser nacional!

O Orador: De resto, Sr. Deputado, já agora permita-me também que lhe diga que fico, em matérias essenciais do estado de direito, um bocadinho

surpreso com esta súbita e inesperada costela da democracia bolivariana que a democracia cristã açoriana vem revelando acerca de que o referendo deve servir para mudar questões essenciais de soberania.

Não é esse o entendimento da esmagadora maioria dos estados de direito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Soberania?!

O Orador: Sim, porque há questões que se considera numa democracia representativa que não devem ser submetidas a referendo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que o Conselho de Ilha tem a ver com soberania?

O Orador: É isso exatamente que diz a nossa Constituição.

Nós concordamos com isso e parece-nos bem.

Há outras formas de sufragar democraticamente a opinião dos açorianos acerca destas matérias, formas essas absolutamente pacíficas e que nós pensamos que devem ser as seguidas.

Gostava também de dizer outra coisa ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

É evidente que há outras soluções quando se fala de figuras a criar. Muitas!

Por exemplo, durante muitos anos o PSD-Madeira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O PSD-Madeira é para ali!

O Orador: ... defendeu que a competência da fiscalização preventiva da constitucionalidade podia ser entregue a uma seção regional do Tribunal Constitucional a criar. A criar!

Mas também convém não esquecer que este Parlamento ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é denegrir a autonomia!

O Orador: ... fez de algum modo este debate através da sua comissão permanente na legislatura passada e em que soluções como Presidente

dos Açores foram apresentadas pelo PSD, em que o PS apresentou outras. Por exemplo, um Procurador da Autonomia.

Portanto, soluções há várias.

O que se pode dizer, até porque este debate foi iniciado, porque eu não quero deixar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o Presidente da Região?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Presidente da Região, concorda ou não?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim ou não? É uma resposta simples!

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado!

Os senhores têm uma certa ânsia policial de me intimarem a responder. Mas eu vou lá, porque não temos nenhuma dificuldade em responder a esta pergunta.

É natural que num processo que se iniciou, o Partido Socialista tenha naturalmente um pouco a posição que teve da última vez que refletiu a fundo sobre estas matérias e que foi aquando da comissão permanente desta Assembleia que analisou estas matérias.

Portanto, a posição de base do Partido Socialista é de não concordar com a criação do Presidente dos Açores, mas isso foi conhecido nessa altura. Isso não é nada de novo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi a saca-rolhas!

O Orador: Portanto, só quem tem interesse (e alguns poderão ter) em confundir as coisas, ou só quem por uma questão de afetos, como o caso típico, neste caso do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que quando quer bater na figura do Presidente dos Açores para tentar não bater no PSD diz que o PS é que teve essa ideia, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?!

(Risos do Presidente do Governo)

O Orador: ... só com exceção dessas pessoas, toda a gente sabe que o PS nunca defendeu, entre as várias soluções em aberto, a criação da figura do Presidente dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Francisco Coelho, sobre políticas bolivarianas e similares eu sou um aprendiz ao pé de V. Exa. e do Partido Socialista.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não sei!

O Orador: Portanto, não posso, sobre essa matéria, expressar mais, porque efetivamente ...

Até “chavistas”, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Onde nós já vamos!

O Orador: ... até invocando Hugo Chávez, e em políticas “chavistas” também sou um aprendiz ao pé do Partido Socialista, nem sequer um aprendiz. Sou um mero observador das vossas políticas nacionais e das vossas alianças sagradas entre Sócrates e Hugo Chávez.

Portanto, nessa matéria também não estamos de acordo. Aí, o Sr. Deputado é naturalmente catedrático. Eu nem sou aluno.

Oh, Sr. Deputado Francisco Coelho, o senhor começou com este livrinho na sua primeira intervenção e eu pergunto: os açorianos não têm melhor educação por falta de competência legislativa?

Os açorianos não têm melhor saúde por falta de competência legislativa?

Os açorianos não têm melhores transportes por falta de competência legislativa ou por incompetência do Governo?

Sr. Deputado Francisco Coelho, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O que é que faltou para isso?

Deputado Francisco Coelho (PS): Não percebo o que é que isso tem a ver com este debate!

O Orador: Faltou bom governo.

Que se queira discutir as questões semânticas da Autonomia, que estejamos aqui entretidos ...

Nós, Sr. Presidente, respondemos ao seu desafio, Sr. Presidente. Cá estamos a dizer presente. Sabe o quê?

Com toda a frontalidade. Não estou aqui a esconder qual é a figura que vou criar em 2016.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu não vou criar nada!

O Orador: Sou contra. Sou contra a criação de Presidentes do Governo, sou contra os Presidentes de Ilha eleitos diretamente e com poderes executivos. Somos contra, Sr. Presidente!

Pediu-o aqui primeiro para ir discutir consigo, enquanto Presidente do Partido Socialista, quando quiser, com toda a abertura como sempre o fizemos.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Agradeço a disponibilidade! E agradeço ter acedido ao meu convite!

O Orador: Se for possível chegarmos a consensos lá estaremos como já chegámos no passado e em diversas matérias e quando também for necessário dizer não, cá estaremos para dizer não.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): É essa uma virtude da democracia!

O Orador: Agora os problemas da Autonomia, Sr. Deputado Duarte Freitas, responda às perguntas que eu fiz.

Não temos melhor governo por falta de iniciativa legislativa, não temos melhor saúde, porquê?

Faltou-nos lei?

Temos transportes mais caros porquê?

É por culpa da República? É por culpa da Constituição?

Temos que mudá-la?

Portanto, os senhores têm de refletir sobre isso, isso é que é importante refletir.

Quer dizer, a evolução da Autonomia passa é por criação de novos cargos e novas figuras?

É aí que passa a evolução da Autonomia?

Os Conselhos de Ilha os senhores destruíram-nos pura e simplesmente.

Já funcionaram bem no seu início. Agora vejam a vergonha que é nalguns casos os Conselhos de Ilha. Absolutamente politizados. Basta ver os pareceres que dão aquando do Plano e Orçamento. Basta ver!

E noutras questões, mais em evidência agora até no caso da ilha Terceira.

Olhe, eu nem vou lá! Assumo com toda a frontalidade! Nem vou lá, porque aquilo é absolutamente inacreditável.

Quando um Conselho de Ilha, a sua presidência, é distribuída, é um *mano a mano*, entre o mayor da Praia e o alcaide de Angra. Quer dizer ... estamos conversados!

Não tenho mais nada para dizer.

Deputado José San-Bento (PS): Têm legitimidade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Legitimado pelas teorias chavistas e bolivarianas! E o senhor é um bom exemplo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

Srs. Deputados!

Sr. Deputado Duarte Freitas pode usar da palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De novo e penso que num debate a caminhar nesta fase para o seu término, mas muito longe do término em termos da reflexão política para a reforma do sistema político dos Açores, mas com os contributos que podemos todos nós deixar aqui hoje, sublinhar alguns dos princípios que presidiram à reflexão que estamos a ter há bastante tempo, há bastante tempo e que já tem bastante matéria em termos de maturidade reflexiva e que faz parte não só deste livro, mas de muito outro acervo político e público que nós temos.

A questão começa desde logo pelos princípios.

O que nós defendemos é que haja maior transparência, maior proximidade, maior equilíbrio de poderes, maior coesão territorial e maior coesão social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! É ao contrário! A sua proposta é ao contrário!

O Orador: Isso é fundamental!

Ao fim e ao cabo, na prática, voltando ao princípio, responder aos anseios e às necessidades das açorianas e dos açorianos com maior eficácia.

Um dos problemas que temos sentido cada vez mais com maior incidência nos últimos meses ou anos é a questão da coesão territorial.

A coesão territorial é algo que nos preocupa a todos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso vai contra a legitimidade territorial!

O Orador: A verdade é que nesta Casa estão deputados desde o início da Autonomia com legitimidade originária distinta, uns com legitimidade originária territorial, outros com legitimidade originária proporcional em relação ao número de eleitores inscritos.

Agora também temos o círculo de compensação, mas de início eram estas duas legitimidades e o que se tentou na construção do processo autonómico e na construção de uma região constituída por nove ilhas que estiveram ao longo de 500 anos de costas voltadas foi criar aqui um cimento regional e pela primeira vez os açorianos verem as nove ilhas como uma região ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Elas agora é que estão de costas voltadas!

O Orador: ... e por isso deu-se ênfase à componente territorial.

Temos que reconhecer que essa componente territorial se perdeu de alguma forma ao longo dos anos em várias circunstâncias e nós temos que voltar aos princípios, ao básico, de garantirmos o máximo possível, também através da arquitetura do sistema, mas também naturalmente através das políticas públicas implementadas diariamente que a coesão territorial seja primacial naquilo que são os objetivos da Autonomia.

É nesse sentido que entendemos o Conselho de Concertação Territorial, que ele próprio não existe *per si*, como as propostas que lançamos a público não são individualizadas, elas existem no seu conjunto ao pretender-se dar mais transparência, mais legitimidade democrática, mais participação.

É por isso que aparece o Conselho Económico e Social fora da tutela do Governo.

É por isso que entendemos que o Serviço Regional de Estatística tem de ser também mais independente e com informação mais abrangente e mais credível.

É por isso que entendemos que tendo os Conselhos de Ilha legitimidade democrática direta, não tendo competências executivas (renovo), podem ter outros poderes em termos deliberativos que podem ser exercidos sem custos suplementares. Repito: os Conselhos de Ilha que nós propomos, não tendo competências executivas, mas tendo mais poder deliberativo por via da sua legitimidade democrática, também podem custar tanto ou menos do que custam os atuais.

Portanto, com as poupanças que se fazem, acrescentamos mais legitimidade democrática, acrescentamos mais transparência, acrescentamos mais participação da sociedade civil.

Poupamos muito dinheiro ao erário público, temos mais potencial de coesão territorial, temos mais potencial de coesão social, temos certamente melhores condições para poder servir melhor as açorianas e os açorianos.

Em relação ao Presidente dos Açores.

Foi dito aqui e eu também já o referi. O PSD-Açores está sendo coerente como já foi no passado com a extinção do Ministro da República, com a

extinção (a desnecessidade como diz o Sr. Deputado Francisco Coelho), a existência do Representante da República. Estamos sendo coerentes e não está em causa agora se a coerência é o valor mais importante ou não. Isso não está em causa, porque todos os partidos evoluem. Isso é assim mesmo, não é isso que está em causa.

Agora para sermos coerentes temos que ser consequentes. É evidente!

Para sermos coerentes temos que ser consequentes e se desaparece esta figura desnecessária do Representante da República as suas competências têm de passar para alguém.

Passam para o Presidente do Parlamento Regional?

Passam para o Presidente da República?

Passam para um Presidente dos Açores, figura legitimada democraticamente, sem ser uma figura tutelar que significa também a maturidade do nosso regime autonómico?

Acho que temos de encarar também essa possibilidade. É uma proposta nossa. Assumimo-la!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O melhor é a independência!

O Orador: No global, os nossos conteúdos, as nossas propostas de reforma do sistema político, que fique bem claro para todos (e repito: no global), são ideias que são apresentadas numa lógica global da arquitetura do regime, são ideias que estamos a pôr em cima da mesa disponíveis para humildemente acertar o que for de acertar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é nova!

O Orador: ... para termos um consenso.

O nosso trabalho de casa está feito com todas as forças políticas, com todas as gerações, com todos os agentes sociais. Temos o trabalho de casa feito, temos a garantia e é essa a nossa convicção. Podemos reformar o

sistema político dos Açores gastando menos dinheiro com cargos políticos e públicos (repito: gastando menos dinheiro com cargos políticos e públicos), aumentando a legitimidade democrática, a transparência e a participação dos cidadãos e das cidadãs dos Açores.

Acho que é esse o grande objetivo e o mais nobre que nos deve unir e para o qual temos vindo a trabalhar, estamos a trabalhar e vamos estar sempre disponíveis para trabalhar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental, e considerando também que faltam cinco minutos para a uma, vamos interromper os nossos trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional, 18 minutos e 20 segundos; Partido Socialista, 10 minutos; CDS-PP, 3 minutos e 30 segundos; PSD, 5 minutos; Bloco de Esquerda, 3 minutos; PCP, 35 segundos e PPM, 1 minutos e 15 segundos.

Presidente: Voltamos então às 15 horas com a Agenda.

Um bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 57 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 38 minutos.

Vamos então continuar o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Para já prescindo.

Presidente: Sendo assim, está inscrita também a Sra. Deputada Zuraida Soares. Dispõe de cerca três minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: A democracia é isto mesmo. É o assumir com frontalidade e clareza as nossas divergências e procurar as concordâncias e os consensos possíveis e durante esta manhã já muito foi dito.

Do ponto de vista do Bloco de Esquerda muitas coisas, ou pelo menos algumas coisas importantes ficaram por dizer e enfatizar e gostaria de aproveitar o pouco tempo que ainda disponho para o fazer.

Foi aqui de alguma maneira ventilado, ainda que não tenha sido suficientemente debatida, a questão de que este assunto do aprofundamento da nossa Autonomia ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... não deveria ser um tema de troca de impressões ou de debate durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas de outubro próximo.

Gostaria de deixar claro que do ponto de vista do Bloco de Esquerda tem que ser, deve ser matéria de debate.

Não é possível passar por cima deste tema como se nada estivesse em cima da mesa, quando neste momento nós temos propostas concretas em cima da mesa e os deputados que os portugueses e, portanto, os açorianos e açorianas vão eleger para a próxima legislatura na Assembleia da República, serão exatamente aqueles e aquelas que terão que se pronunciar sobre aquilo que esta Assembleia, sobre esta matéria, concluir e levar à consideração da Assembleia da República.

Convém, portanto, que nós conheçamos os seus posicionamentos, os seus pontos de vista e até onde é que estão dispostos a ir no aprofundamento desta Autonomia que agora reivindicamos.

Por outro lado, dizer também que a conquista da Autonomia, como já aqui foi dito durante a manhã bastas vezes, foi uma conquista do 25 de Abril de 74 e permitiu sem dúvida a esta Região um salto civilizacional também do ponto de vista do bem-estar social, ainda que não se reduza a ele (e desse ponto de vista concordamos com a visão do Sr. Presidente do Governo Regional, a Autonomia é mais do que isso, embora inclua também isso, o bem-estar social, económico das nossas populações), e também por isso o Bloco de Esquerda tem tudo a favor de que esta reflexão seja feita de uma forma ponderada, de uma forma séria, de uma forma participada e abrangente o mais possível, ou seja, nós não entendemos que esta possa ser uma questão não prioritária. Ela, a Autonomia e o aprofundamento, é uma questão que está sempre em cima da mesa de uma região como os Açores.

E mais!

Esta discussão não começou agora. Esta discussão já vem, e estas conquistas que nós temos vindo a conseguir ao longo de décadas, de muito atrás.

Portanto, nós não estamos a começar nada.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Desde 1983!

A Oradora: Exatamente!

É a prova de que é uma luta longa e difícil ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E continuará a ser!

A Oradora: ... e que não nos podemos distrair ao longo do caminho.

Portanto, nós estamos a continuá-la com novos protagonistas, com novas participações, com novas ideias e é essa a nossa obrigação.

Portanto, o Bloco de Esquerda entende que este é um momento tão bom como outro qualquer para que a questão possa vir para cima da mesa até por outra consequência: é que aprofundar a Autonomia quer dizer também usufruir, ou melhor, permitir ao povo açoriano usufruir das prerrogativas mais aprofundadas e mais amplas que nós possamos vir a conquistar.

Portanto, tudo a favor sobre esse ponto de vista.

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Não há paternidades, nem maternidades neste projeto. Há, como eu disse, novos protagonistas e ainda bem, seja da sociedade civil, seja dos partidos políticos, seja de todas as instituições. Quantas mais forem as cabeças e as vontades para que esta Autonomia possa ser levada até onde for possível levá-la, nem que isso implique uma revisão constitucional se for essa a vontade maioritária desta Casa e na Assembleia da República, pois que seja feita. Os Açores merecem-no e se calhar exigem-no.

Do nosso ponto de vista exigem-no e porquê?

Era aqui que eu queria chegar. Peço só um minuto, Sra. Presidente, para terminar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais a tolerância!

A Oradora: O Bloco de Esquerda na sua intervenção primeira chamou a atenção para duas questões que estão também cima da mesa que são: gestão partilhada do mar e os acordos internacionais que condicionam o nosso território, que condicionam o nosso espaço e que condicionam económica, social, ambientalmente diversas formas.

Nós entendemos que há que haver uma alteração nas prerrogativas da Região relativamente a estas duas questões: a gestão do mar, da Zona Económica Exclusiva da plataforma continental dos nossos recursos do solo e do subsolo marinho e do posicionamento e da última palavra dos Açores relativamente aos tratados internacionais que impliquem o seu território.

Estamos conscientes de que isto também implica uma revisão constitucional, mas estas são, do nosso ponto de vista, as duas matérias urgentes e aqui não posso deixar de dizer, Sras. e Srs. Deputados, que urgência não é demagogia. Urgência é coerência, é ter a consciência de que há questões que nos apressam. Há outras em que nós poderemos ter calma ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... mas há outras que nos apressam, porque há quem esteja com o olho muito vivo sobre os Açores à espera da primeira oportunidade para nos delapidar daquilo que é deste povo e daquilo que deve em primeiro lugar resultar no desenvolvimento e na riqueza desta Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem cerca de um minuto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta é a minha última intervenção, a força do tempo que tenho disponível. Devo dizer então, assinalar, apenas duas questões.

A primeira é em relação à questão do referendo.

Nós consideramos a questão do referendo uma questão absolutamente essencial.

Aliás, vem até no âmbito da proposta que o Sr. Presidente do Governo Regional avançou que é exatamente no sentido de permitir uma participação mais ampla da cidadania e é por isso que se fala em listas abertas, em listas partidárias abertas, ou é por isso que se fala na candidatura de independentes.

Não vejo que a questão referendária fique de fora desta nova filosofia que se pretende implementar.

A questão do referendo, ouvir os açorianos sobre esta matéria, é absolutamente essencial e estou convencido que nós temos a capacidade de colocar as perguntas que são obrigatórias no âmbito desta temática até porque, por exemplo, os Conselhos de Ilha, os Governos de Ilha que se pretendem criar não são uma matéria de soberania, tendo em conta que é possível evidentemente realizar as alterações legislativas que se tiverem que realizar e até constitucionais no sentido de permitir que o povo dos Açores seja ouvido.

Esta questão para nós é fundamental.

A segunda questão é uma questão também que tem a ver com a democracia e a liberdade, que tem a ver com os compromissos.

O programa eleitoral é um compromisso que se assume em relação àqueles que nós estamos a representar.

No âmbito dos deputados que vão ser eleitos para a Assembleia da República é muito importante que esses deputados (o Sr. Carlos César) assumam responsabilidades objetivas e assumam um programa eleitoral e aquilo que vão fazer, porque eles estão lá para ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

... representar os açorianos de acordo com um programa eleitoral, como o Sr. Deputado António Ventura também terá essa responsabilidade, ou seja, não há cheques em branco, como também evidentemente o deputado que venha a ser eleito por parte da Aliança Açores, que também estará com um compromisso em relação a esta matéria.

Por isso, meus senhores, nós aqui, os açorianos, não passamos cheques em branco nesta matéria. Tem que ficar claro o que é que cada um defende, quais são os seus compromissos perante a cidadania no âmbito desta matéria.

Portanto, isto vai fazer parte com certeza dos programas eleitorais e os açorianos não vão aceitar outra situação.

Esta situação tem que ficar clarificada. O que é que cada um vai representar, quais são as ideias para as quais está mandatado por parte da cidadania dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra e dispõe de muito pouco tempo como sabe.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já gastaste o tempo!

O Orador: Apenas para dizer o seguinte.

As eleições para a Assembleia da República deverão ocorrer no fim de setembro, princípio de outubro.

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: O Deputado Paulo Estêvão acabou de anunciar agora os resultados eleitorais.

Parece-me que ainda ninguém é dono da vontade e do voto dos açorianos.

Lamento que um deputado desta Casa se antecipe à vontade popular, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... tentado aqui anunciar um resultado eleitoral que só vai decorrer daqui a alguns meses.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo para, em nome da bancada do Governo, fazer o encerramento do debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Oráculo!

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Quem? Eu?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Ali o PPM!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que este debate promovido pelo CDS-PP permitiu naturalmente trazer para esta Assembleia, nesta fase de discussão, este assunto,

permitindo já descortinar nuns casos um maior aprofundamento, noutros um trabalho em curso que porventura já existe da parte dos partidos políticos, desde logo dos partidos políticos aqui representados.

Há duas ou três ideias, contudo, que me parecem importantes que eu gostaria de reafirmar neste momento.

É que por vezes, acredito que seja no calor da discussão, poderia passar a ideia de que estaríamos aqui numa situação em que seríamos obrigados a lançar este processo, estaríamos obrigados a ter que debater agora este assunto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que quiseram!

O Orador: Nós não estamos obrigados a nada. É bom que isso fique ... Nenhum de nós está obrigado a nada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma manobra de diversão!

O Orador: Portanto, o assunto é debatido se entenderem que ele efetivamente deve ser debatido.

Agora, nós não podemos é querer estar bem simultaneamente com Deus e com o Diabo. Nós não podemos é dizer que o assunto é importante e ao mesmo tempo dizer que há coisas mais importantes para tratar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há, há!

O Orador: Portanto, a posição que eu gostaria de transmitir é que acho que a questão dos desafios futuros da nossa Autonomia não se prendem apenas com a questão material, com a questão do desenvolvimento económico e social, há desafios que ainda temos nesta área e que devem e serão certamente vencidos, que essa Autonomia deve ter uma componente política, na qual parece-me, 40 anos decorridos sobre a sua instituição na Constituição, ser oportuno refletirmos sobre eles.

Quem entender que vale a pena, pois muito bem. Acho que se deve assumir claramente que vale a pena.

Quem entender que não vale, é inteiramente respeitável também essa posição, se entender que há coisas mais importantes para tratar.

Em segundo lugar, algo que me parece absolutamente fundamental.

O mandato democrático do povo açoriano em relação a esta matéria e que não deve ser confundido com as próximas eleições para a Assembleia da República.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem que ser!

O Orador: Esse mandato deve ser dado ...

Aliás, eu acho que a bem deste processo (a bem deste processo!) nem sequer se devia misturar as duas coisas, mas isso é a minha opinião.

(Diálogo entre os Deputados Paulo Estêvão e Aníbal Pires)

O Orador: É a minha opinião.

A bem deste processo nem sequer se devia misturar as duas coisas.

Portanto, acho que nós devemos com tempo e primeiro ao nível ...

Oh, Sr. Deputado, não esteja com esse ar!

Estou dando a minha opinião. O senhor não concorda. Perfeitamente!

Mas eu estou a dar a minha opinião.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O aparte não era para si!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria acho que devemos fazê-lo com tempo, com ponderação e tentar, até ao limite do possível, a construção de um consenso, mas também não há drama nenhum sobre isso, porque mesmo que não se consiga um consenso, qualquer partido político representado nesta Casa pode apresentar aos açorianos, seja agora

em setembro e outubro, seja em outubro do próximo ano, aquilo que entender sobre este assunto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Antes da eleição!

O Orador: É uma das grandes vantagens de vivermos numa democracia. Em terceiro lugar, efetivamente já recebi algumas cartas de resposta à carta que tinha enviado. Certamente que outras estarão a caminho.

Julgo que há utilidade em pelo menos nos sentarmos e conversarmos sobre essa matéria e assim se cumprindo aquilo que, na minha perspetiva, acaba por ser essencial neste processo.

A questão do mandato democrático já percebi que há entendimentos diferentes, mas um segundo aspeto que me parece absolutamente fundamental é o de falar, de debater, de analisar esse assunto com todos os partidos políticos, desde logo os representados nesta Assembleia, deixando a cada um deles naturalmente o ensejo de ir mais além do que isso.

Acho que seria uma forma de concluirmos esta reforma se fosse possível, seria uma boa forma de honrarmos os 40 anos da nossa Autonomia com a consciência dos desafios que estão à nossa frente, mas com a consciência também da oportunidade histórica que temos.

Neste caso (não me quero adiantar muito) julgo que não devemos (até por algumas das razões que já foram aqui expressas) ficar apenas à defesa. Portanto, esse aspeto parece-me absolutamente fundamental.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Agora para encerrar o debate dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima. Dispõe de cerca de três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo: Uma coisa nos parece absolutamente clara neste debate: são as posições de cada um.

Há uns que querem criar mais cargos políticos, mais despesa, mais burocracia, mais despesismo, mais conflitualidade.

O CDS não quer. É a nossa posição. Não queremos nenhum Presidente dos Açores, não queremos Governos de Ilha, não queremos mais despesa e mais conflitualidade. Ponto.

Entendemos que o assunto não pode ser metido numa gaveta, porque agora há eleições para a Assembleia da República ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e o assunto tem que ser discutido e tem que ser discutido porque é onde ele vai ser discutido e decidido é na Assembleia da República e, portanto, os açorianos têm que saber quem estão a eleger e com que mandato vão daqui.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Se não era para discutir agora, tinha-se lançado em 2016 e após esse ato eleitoral. Aí então teria sido a altura própria se não se queria discutir essa matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O argumento inverso também pode ser usado neste caso: se queria discutir mais cedo, tivesse trazido o assunto mais cedo!

O Orador: Agora, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente: A Autonomia é um processo evolutivo, dinâmico, todos nós defendemos. Já percebemos que vem desde há dois séculos e, portanto, o que interessa

aqui é sobretudo também não cairmos numa figura que possa passar um bocadinho pelo patético. É que de repente podemos dar a impressão de querermos criar a figura de Presidente dos Açores, termos um Presidente da República e um Presidente dos Açores. De repente estamos a fazer da Autonomia e dos Açores um Portugal dos Pequeninos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):
Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas é uma proposta que será trazida e discutida aqui!

O Orador: Estamos a fazer da Autonomia e dos Açores o Portugal dos Pequeninos e isso pode ser visto como ridículo a nível nacional.

Para essa figura e para esse peditório o CDS não dá.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos assim o ponto dois da nossa Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

O ponto seis ...

Sr. Deputado, pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para um intervalo regimental (não podendo ser mais) de meia hora.

Presidente: É regimental. Sendo assim, regressamos às 16 horas e 30 minutos.

Eram 16 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas 40 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os nossos trabalhos. O ponto seis da nossa Agenda é a **Proposta de Resolução n.º 12/X – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015”**, apresentada pela Mesa da Assembleia.

O orçamento suplementar foi elaborado pelos serviços, nos termos definidos pela nossa Orgânica, foi aprovado pela Mesa, mereceu igualmente parecer favorável da CAPAT e foi distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados.

Pergunto se há alguma inscrição?

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então para o ponto sete da nossa Agenda: **Petição n.º 34/X – “Construção de um novo complexo escolar na Povoação”**, apresentada por Sónia de Fátima F. Câmara Cardoso, na qualidade de 1.^a subscritora.

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes. Cada Grupo e Representação

Parlamentar intervém uma única vez por tempo não superior a 10 minutos.

Para a apresentação do relatório dou a palavra à Sra. Relatora da Comissão dos Assuntos Sociais.

Deputada Arlinda Nunes (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 34/X

“CONSTRUÇÃO DE UM NOVO COMPLEXO ESCOLAR NA POVOAÇÃO”

CAPÍTULO I

Introdução

A 01 de dezembro de 2014 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 34/X, intitulada “Construção de um novo complexo escolar na Povoação”, que reúne um total de 1163 (mil, cento e sessenta e três) assinaturas, tendo como primeira signatária, Sónia de Fátima F. Câmara Cardoso, na qualidade de Presidente da Direção da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica e Secundária da Povoação.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado de 02 de dezembro de 2014, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer – o que veio a acontecer a 29 de maio de 2015, na delegação da cidade de Angra do Heroísmo.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 30/2012/A, de 21 de dezembro, as matérias relativas à “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais, na sua reunião de 18 de dezembro de 2014, na delegação da Assembleia Legislativa, em Angra do Heroísmo, procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no

nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) OBJETO DA PETIÇÃO

A presente petição vem solicitar a construção urgente de um novo complexo escolar na Povoação.

Este pedido é fundamentado pela apresentação de vários itens segundo os quais os peticionários indicam não existir, no edifício da Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros, condições físicas para atender às necessidades da comunidade escolar em questão, nomeadamente:

- Por não possuir espaços de convívio condignos para alunos, sala de estudo, gabinete médico, biblioteca devidamente organizada e dimensionada, salas de apoio, espaços corretamente adaptados à prática de Educação Física nem espaços verdes e de lazer;

- Por não ter anfiteatro; nem salas próprias e devidamente dimensionadas para Educação Musical, Educação Tecnológica nem para o ensino das TIC;

- Por não ter laboratórios próprios e devidamente dimensionados de Física, Química, nem de Biologia;

- Por os alunos e os professores necessitarem de recorrer a espaços exteriores à escola para o desenvolvimento de várias atividades (diariamente ao Pavilhão Gimnodesportivo da Povoação para a prática de aulas de Educação Física; frequentemente ao Auditório, ao Jardim e à Biblioteca municipais);

- Por os alunos continuarem a ter de circular no exterior da escola por força das atividades que não podem ser desenvolvidas dentro do recinto escolar, ficando os mesmos expostos a situações de maior risco às

quais a escola é alheia, bem como condições atmosféricas adversas, especialmente nos meses de Inverno, sendo frequente os alunos chegarem encharcados e atrasados às aulas, ficando mais sujeitos a gripes e constipações;

- Pelo facto de circulação dentro da escola ter de ser efetuada pelos mesmos corredores onde se desenvolvem as atividades letivas, devido à exiguidade de espaço e da necessidade de distribuição pela escola dos diferentes serviços;

- Por em dias de chuva, os alunos não terem outro espaço onde se recolher durante os tempos livres a não ser o refeitório, o que os obriga a circular pelos mesmos corredores onde decorrem aulas;

- Pela proximidade da via pública, perturbando a concentração dos alunos e o decorrer das aulas, sempre que passam veículos mais ruidosos;

- Pela proximidade entre os dois blocos de salas ser tal que é possível a partir de uma das salas de um dos blocos acompanhar o discurso do professor e as intervenções dos alunos de salas do bloco em frente;

- Por, devido à exiguidade de espaço, salas específicas, como as salas de Educação Musical e de Educação Tecnológica, encontrarem-se localizadas junto das restantes salas, o que faz com que o som e ruídos normais da lecionação daquelas disciplinas seja audível nas restantes salas ou mesmo em toda a escola, constituindo mais um fator de desconcentração dos alunos;

- Por várias salas de aula não reunirem as melhores condições acústicas, devido à tipologia de construção adotada, originado ecos ruidosos que dificultam a comunicação eficiente entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, a concentração dos alunos, prejudicando o seu rendimento escolar;

- Por a exiguidade dos espaços comuns, nomeadamente recreios, átrios e corredores, gerar um sentimento de claustrofobia, impelindo os alunos a saírem da escola, ao mesmo tempo que promove situações de indisciplina e não permite uma correta socialização dos jovens (exemplificando que os recreios são de tal forma exíguos que os alunos nos seus tempos livres não conseguem dedicar-se às suas atividades lúdicas, saudáveis e próprias da sua idade, sem prejudicarem o normal funcionamento das aulas que decorrem nas salas contíguas ao pátio);

- Pelo agravamento de falta de espaços, tendo em conta a diversificação da oferta curricular existente, sendo que no local de implantação da escola não existem possibilidades de crescimento viáveis;

- Por todos os alunos e professores da escola quando em visita a outras escolas, quer em trabalho quer em visitas de estudo, continuarem a experimentar uma sensação frustrante e desmotivante perante a abismal diferença de condições existentes na escola visitada;

- Por não possuir espaços próprios de trabalho para professores, salas de reunião nem salas para os departamentos curriculares;

- Pelo facto do edifício atual encontrar-se implantado numa zona onde é impossível a sua ampliação de forma a resolver e satisfazer com qualidade todas as necessidades e todas as deficiências indicadas nos números anteriores.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Na reunião do dia 18 de dezembro de 2014, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu, por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- Audição dos peticionários, na pessoa da primeira signatária da presente petição, Sónia de Fátima F. Câmara Cardoso;
- Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura, Avelino de Freitas de Meneses;
- Solicitar parecer, por escrito, à Assembleia de Escola, da Escola da Povoação.

O PSD propôs a audição escrita do Presidente da Câmara Municipal da Povoação e do Conselho Executivo da Escola Básica e Secundária da Povoação, proposta que foi rejeitada por maioria.

1) AUDIÇÃO DA PRIMEIRA SUBSCRITORA, SÓNIA DE FÁTIMA F.

CÂMARA CARDOSO

A peticionária, Sónia Cardoso, iniciou a sua audição apresentando as motivações que levaram ao surgimento da petição, indicando que as mesmas se prendem essencialmente com as questões de segurança das instalações para os alunos que frequentam o estabelecimento de ensino identificado. Referiu os problemas de segurança relacionados com o edifício do ginásio o que levam à necessidade de utilizar o Pavilhão Gimnodesportivo da Povoação, obrigando os alunos a deslocarem-se para fora do recinto escolar diariamente. Referiu que os Encarregados de Educação por vezes não concedem autorização para os alunos saírem do recinto escolar e que esses mesmos alunos têm de o fazer para frequentar as aulas de Educação Física. A essa preocupação acresce ainda o facto de se estimar que a via pública passe a permitir a circulação automóvel nos dois sentidos, o que levará ainda a um aumento de insegurança. Referiu ainda, à semelhança do constante no texto da petição, que a falta de

espaços verdes e de recreio interior e exterior, as salas de aula sem condições, especialmente as salas de informática, o campo de futebol que é perigoso pela falta de qualidade do piso existente, a falta de qualidade dos laboratórios que comprometem as aulas de ciências, levam a que os alunos não estejam satisfeitos com o espaço que lhes é reservado para o ensino, temendo por isso que os estudantes, por essa via, saiam menos preparados. Considerou que pelas limitações ao nível do espaço físico, fica também limitada a oferta formativa, que no ensino secundário se resume aos cursos científico-humanísticos de ciências e tecnologias e de línguas e humanidades. Relativamente ao novo complexo escolar que reivindica, mostrou concordar com o facto do mesmo ter de sair do centro da Vila, pois não se encontra à disposição um espaço capaz de receber tal infraestrutura nesse local. Não entende portanto que a construção de uma nova infraestrutura fora do centro da Vila da Povoação constitua um problema, pois acha que devem ser privilegiados os interesses dos alunos, e que ao contrário do que se argumenta, na sua opinião a manutenção da escola no local atual, não é determinante para comércio e para os comerciantes, pois neste momento já se assiste ao encerramento de estabelecimentos comerciais. Concluiu, afirmando que o concelho da Povoação merece condições idênticas às de outros concelhos vizinhos.

De seguida, foi dada a palavra ao professor António (que acompanhou a peticionária) que começou por dizer que esta é a segunda petição sobre o mesmo assunto. A primeira foi apresentada em 2009 quando a situação já era urgente, agora a situação é emergente. Referiu que a Escola da Povoação já não comporta mais alunos e as condições são precárias. Fez referência à intervenção da Deputada Cláudia Cardoso proferida em 14 de maio de 2009, que de certa forma demonstrava a

intenção do Governo Regional em avançar com a construção do novo edifício escolar. Disse ainda que neste momento vive-se na Povoação, concelho com maior área e população que a ilha de Santa Maria, uma situação semelhante à da Ilha Terceira - famílias que emigram e o desemprego – ambos os fatores estão a afetar o comércio. Manter a escola no local onde está atualmente não resolve o problema do comércio, que de certa forma se encontra acomodado à atual situação. Pede então um plano estratégico para a Povoação que acautele a saída da escola.

Finda a apresentação da petição, a peticionária disponibilizou-se para responder às questões que os deputados entendessem colocar, momento que foi utilizado pelos deputados Catarina Moniz Furtado, Paulo Estevão e Joaquim Machado.

A Deputada Catarina Moniz Furtado mostrou-se satisfeita com o facto do anterior interveniente se haver documentado com a intervenção da Deputada Cláudia Cardoso e reforçou que essa é, efetivamente, a posição do Partido Socialista (PS), e que se mantém. Disse que como é do conhecimento público, a Câmara Municipal da Povoação não concorda com a saída da escola do centro da Vila e que é essa diferença de opinião que caracteriza também o PS que é um partido plural. Considera contudo que o mais importante são os alunos e que os deputados do PS estão atentos à situação, não podendo no entanto dizer que já este ano se vão fazer obras na escola, mas que o caso está sinalizado para intervenção logo que possível. Disse ainda que o PS está preocupado com as situações apresentadas, mas que temos de ter em conta a coesão das nove ilhas, ao que o Professor António respondeu dizendo para não depreender das suas palavras que estaria a tentar beneficiar a Povoação à custa de outros, mas que no prazo de uma legislatura esse processo não ficou resolvido e que

perigoso seria o discurso de empurrar para a próxima legislatura a resolução do mesmo.

O Deputado Paulo Estevão disse não ter nenhuma dúvida quanto à desadequação do espaço escolar e não ter nenhuma dúvida quanto à necessidade de se construir uma nova escola. Referiu que há pouco tempo havia apresentado uma proposta semelhante para a Escola do Corvo, pelo que entende que as escolas devem ter as condições necessárias e que a Escola da Povoação foi deixada para trás. Desta forma, disse querer deixar duas mensagens, a de que concorda em absoluto com a petição e a de que para ganhar esta batalha será preciso muita determinação das comunidades escolares, dos pais e dos professores, para exercer a influência necessária a obrigar o PS a cumprir esse propósito nesta legislatura.

O Deputado Joaquim Machado comentou que a questão apresentada, não é um problema novo e que tem mais de seis anos. Neste período nada se alterou, ou melhor dizendo, tudo se alterou, pois os problemas agravaram-se, referiu o deputado. Se em 2009 os problemas já tinham alguma gravidade, neste momento apresentam ainda uma gravidade maior. Considerou existirem problemas de segurança e que a esses problemas se juntam os problemas de qualidade que ficam aquém do que é desejável nos nossos dias. Afirmou que não faz sentido que o concelho tenha ficado para trás. A escola foi intervencionada em 1996 e em 2001, embora as intervenções, na sua opinião, tivessem sido de fraca qualidade. Disse também que o que foi feito não respondeu à necessidade do concelho, pela fraca qualidade das intervenções efetuadas e que volvidos 14 anos da abertura dos anexos, não se dotou a escola de materiais escolares devidos. Referiu que os laboratórios têm bancadas

corridas e mais não são que salas de aula convencionais, onde não existe extrator de gases. As questões informáticas, a exiguidade das instalações, a falta de espaços de convívio escolar, a cantina por vezes utilizada para tal e para as aulas de Educação Física, levantam questões de segurança de falta de higiene que seriam facilmente entendidas pela Inspeção das Atividades Económicas. Quanto aos bairrismos, disse que se se tivesse avançado com a construção da escola, neste momento não se estava a falar de problemas na Povoação. Mas não é só a Câmara Municipal da Povoação que está contra, disse que o Sr. Secretário Regional também não seria favorável. Terminou afirmando que a Povoação já concluiu sobre o resultado das simpatias, acrescentando que a Sra. Deputada que falou em 2009, 2 anos depois seria Secretária Regional e nada fez.

A Deputada Catarina Moniz Furtado esclareceu não ter dito em algum momento, e que havia sido honesta, quando afirmou que a escola não se faria de imediato, ao que o Deputado Joaquim Machado respondeu que não ficaria pronta antes de 2023.

De seguida foi dada a possibilidade à peticionária de voltar a pronunciar-se, ao que usou da palavra para referir que apelava a que tratassem deste assunto com a máxima urgência possível, responsabilmente, e que não ficasse esquecido.

O Professor António disse ainda que na Carta das Obras Públicas do Governo Regional não constam obras na escola, embora outras tivessem avançado sem estarem em nenhum documento. Apelou a uma mensagem política (o que por si só não custa dinheiro), para que a comunidade se prepare para esse projeto, e que depois se avance com os projetos e as obras.

2) AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA (SREC), AVELINO MENESES

O SREC iniciou a audição comentando que em 2008 existiu uma petição congénere, requerendo a construção de uma nova Escola na Povoação. Disse ser de registar esta nova petição, que agora surge de novo à consideração das senhoras e dos senhores deputados, sustentada pela subscrição de 1163 povoacenses. Porém, a insistência e o clamor populares não obrigam, por si só, à admissão acrítica dos motivos invocados, já que se alguns são atendíveis outros são de todo despropositados. Com efeito, se admitimos a insuficiência e a desadequação de alguns espaços, não se deve admitir que se condene a utilização de equipamentos municipais quase contíguos e não podemos admitir, de forma alguma, que se invoque o ruído do trânsito da rua, muito menos o ruído das cadeiras quando deslizam sobre piso de mosaico, para se exigir a construção de um novo edifício, traduzida num avultadíssimo investimento que todos nós teremos de pagar mais cedo ou mais tarde, com mais ou menos custo.

Acrescentou que, de resto, importa dizer que as condições físicas da Escola da Povoação não estão ao nível dos melhores estabelecimentos escolares da Região, mas também é falso que tais condições comprometam o desempenho pedagógico dos estudantes e o exercício profissional dos docentes, não sendo por isso fomentadoras da indisciplina e do insucesso.

A humildade, e de preferência condimentada com uma porção de frontalidade, fica bem na política. Assim sendo, informou que nem no Plano para 2015, nem na Carta Regional de Obras Públicas se encontra prevista a construção de uma nova Escola na Povoação. Mais do que isso,

com os recursos disponíveis, não será fácil até 2020 albergar um semelhante projeto no âmbito das construções escolares a cargo da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

A propósito da construção de uma nova Escola na Povoação, os peticionários também invocam a sobrelotação do estabelecimento atual. No entanto, a evolução do número de estudantes não aconselha à edificação de um novo estabelecimento escolar já que, em vez da expectativa do acréscimo, imperam as expectativas do decréscimo. A confirmar essa teoria, acrescentou que em 2006/07, a Unidade Orgânica possuía 1336 alunos, possuindo agora 1128, menos 208. E quanto à sede, isto é, à Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros, que aqui nos ocupa, em 2006/07, possuía 604 alunos e agora possui 563, menos 41.

Além disso, num passado ainda recente, não se construiu uma nova Escola na Povoação porque assim não quis a comunidade povoacense. Não o quiseram os Encarregados de Educação, nem sequer o Conselho Executivo, porque se relevaram, eventualmente bem, as vantagens de uma escola inserida na malha urbana, fomentando o diálogo intergeracional e a prevenção do desvio, contra as desvantagens da sua transferência para local ermo, por exemplo, a desertificação do centro da vila e a crise da economia local. Por isso, se investiu na ampliação da Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros e ainda na construção da Escola das Furnas, para que o estabelecimento escolar da Povoação pudesse oferecer todas as valências e albergar todos os estudantes. De facto, na segunda metade dos anos noventa, o Governo Regional procedeu à aquisição do edifício da Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros, então um estabelecimento de ensino particular a funcionar em regime de paralelismo pedagógico. Na altura, a oficialização do ensino no concelho

da Povoação e, depois, a criação do secundário motivaram a ampliação para mais do dobro do edifício da Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros e a construção da Escola das Furnas, com os 2º e 3º ciclos, que faz a absorção de mais de 200 alunos das Furnas e da Ribeira Quente, diminuindo a pressão estudantil sobre o estabelecimento da vila. Em simultâneo, a Câmara Municipal da Povoação procedeu à reabilitação dos estabelecimentos escolares do 1º ciclo, nas diversas freguesias do concelho.

Apesar da insistência dos peticionários, na comunidade povoacense, não é unânime a opinião a favor da construção de uma nova escola. Basta que interpretemos alguns sinais de origem municipal. Por isso, sem pressas injustificáveis, atendidos todos os constrangimentos anteriormente referidos, será útil a multiplicação dos diálogos até à obtenção de maior entendimento.

No futuro, ponderados todos os factos, logo se decidirá sobre a revisão ou não da carta escolar regional. Porém, se alguma vez estiverem em causa a segurança da comunidade escolar, alterar-se-ão as prioridades.

No presente, a maior preocupação reside na reparação da cobertura do Pavilhão Desportivo, resultante da fratura de vigas e traves de apoio. Neste caso, a segurança está garantida, o diagnóstico está feito, a solução está encontrada, e ultimam-se as medições e a orçamentação indispensáveis.

Finda a apreciação da petição, o Secretário Regional disponibilizou-se para responder às questões que os deputados entendessem colocar, momento que não foi utilizado pelos deputados presentes.

Outros Pareceres

O Parecer solicitado à Assembleia de Escola, da Escola da Povoação faz parte integrante do presente relatório.

CAPÍTULO IV**Parecer**

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

- 1) Considerando que a presente petição foi subscrita por 1163 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
- 2) Os peticionários defendem a necessidade da construção de um novo complexo escolar na Povoação, invocando a desadequação do espaço existente face às necessidades escolares verificadas, seja pela falta de segurança nas atuais instalações, nomeadamente pela necessidade dos alunos circularem fora do recinto escolar para o cumprimento das atividades letivas;
- 3) Invocam também que a infraestrutura atual não apresenta a qualidade desejável para o sucesso escolar dos alunos, registando que a poluição sonora que se faz sentir no exterior do recinto escolar afeta o normal decurso das atividades letivas, e

que a oferta formativa fica limitada pelos condicionamentos da qualidade do espaço;

- 4) O tutelar da pasta da Educação na Região Autónoma dos Açores considera que, muito embora não seja um dos melhores estabelecimentos de ensino da Região, as condições da atual infraestrutura não comprometem o desempenho pedagógico dos alunos, nem o exercício profissional dos docentes. Como tal, não devem ser utilizadas como justificação de indisciplina ou insucesso escolar;
- 5) O Secretário Regional da Educação e Cultura esclareceu que não está prevista a construção de um novo complexo escolar para aquele concelho num futuro próximo, assegurando que essa previsão está sujeita a alteração de prioridades, se estiver em causa a segurança da comunidade escolar;
- 6) Do presente relatório deve ser dado conhecimento à primeira subscritora, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência em matéria de Educação.

O PPM não esteve presente na reunião, com falta devidamente justificada.

A Representação Parlamentar do PCP, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, não manifestou quanto ao parecer emitido pela Comissão.

A Relatora, Arlinda Nunes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Catarina Moniz Furtado

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Agradeço, Sras. e Srs. Deputados, que se inscrevam, caso contrário passaremos para o ponto seguinte da nossa Agenda.

Não havendo inscrições vamos então passar ao ponto ...

Sr. Deputado Nuno Meneses tem a palavra.

Deputado Nuno Meneses (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje na Região, temos de admitir, é pois uma realidade, que o Parque Escolar de que dispomos é na verdade invejável.

Temos à nossa disposição um conjunto de infraestruturas espalhadas por toda a Região, infraestruturas essas de enorme qualidade, adequadas às necessidades e prontas a responder às exigências naturais que um ensino que se quer de qualidade assim o impõe.

Mas se é verdade que a este nível o caminho percorrido foi consistente, não significa contudo que admitamos que o trabalho se encontra concluído, pois certamente que se os casos mais prioritários se encontram solucionados, é altura de se avançar no sentido de responder aos desafios

que ainda assim se colocam ao nível do melhoramento dos espaços e edifícios existentes.

E se forem precisos exemplos temos vários: a construção em curso da EB1,2/JI Gaspar Frutuoso, a nova escola sede da EBI de Ribeira Grande; a Escola Canto da Maia em Ponta Delgada que avançará em breve; a construção em curso da escola das Lajes do Pico; a conclusão da escola das Velas; o concurso para a escola da Calheta; o projeto da segunda fase da grande requalificação da EBI da Horta; a requalificação da EBI de Rabo de Peixe e da escola Antero de Quental; as novas instalações da escola dos Arrifes e a intervenção de reordenamento na escola da ilha do Corvo.

Esta petição aqui hoje em análise, revela exatamente, esta realidade. Revela que efetivamente as infraestruturas de que dispomos afetas ao ensino, estão na sua maioria num padrão de qualidade muito elevado, que levam naturalmente toda a população a almejar essas condições.

São ao todo 40 Unidades Orgânicas que gerem vários edifícios, todas elas diferentes, construídas em momentos diferentes, com a sua história, que lhes confere por isso características próprias, mas todas elas adaptadas às exigências que os tempos que hoje correm merecem, mais ou menos dotadas dos meios físicos e tecnológicos necessários.

O imóvel onde hoje funciona a Escola da Povoação é usado para esse fim desde 1992, no qual se instalou a EB2, 3 da Povoação de forma a permitir o alargamento das valências do 2º e 3º ciclo do ensino público, no concelho da Povoação.

No ano letivo de 1995/96 foi entretanto implementado o ensino Secundário, situação que originou um aumento considerável da

população escolar e tornou premente a necessidade de intervir na edificação, para a sua reabilitação e ampliação.

Em 1997, o edifício passa para o domínio público depois de ter sido alienado pela Fundação Maria Isabel do Carmo Medeiros bem como dos bens móveis existentes, que permitiu que fosse então possível levar a cabo as obras de ampliação, necessárias para o bom funcionamento de todas as valências educativas do ensino público, no concelho da Povoação.

Em 1998, deu-se a celebração de um contrato ARAAL de colaboração entre a Presidência do Governo Regional, a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e o Município da Povoação para a reparação e adaptação ao ensino secundário na EB2,3/S Maria Isabel do Carmo Medeiros, com a ampliação do edifício que colocou à disposição mais 20 salas de aula e onde o investimento ascendeu aos 1,6 milhões de euros.

Aliás, o aumento das valências desta escola apenas foi possível uma vez que se perspetivava a edificação da EB1, 2, 3 das Furnas que receberia grande parte dos alunos desses ciclos, com inscrição na Unidade Orgânica, libertando espaço para a criação de turmas do Secundário naquela escola.

As condições físicas da Escola da Povoação não estão ao nível dos melhores estabelecimentos escolares da Região, mas também foi possível confirmar, que tais condições não comprometem o desempenho pedagógico dos estudantes e o exercício profissional dos docentes.

Já se atentarmos ao argumento da lotação, a Escola Básica e Secundária da Povoação, tinha em 2006/07 **604** alunos e agora possui **563**, menos **41**, o que demonstra que a tendência é de decréscimo, rebatendo a ideia de que os espaços disponíveis virão a ser insuficientes e exigindo-nos a

ponderação necessária numa futura tomada de decisão relativamente a uma nova solução para o complexo escolar da Povoação.

Para já uma reestruturação da mancha horária que retire congestionamento em alguns tempos letivos e traga mais disponibilidade de salas pode ser uma possibilidade a considerar, mas essa gestão ficará naturalmente a cargo do órgão de gestão e dos órgãos pedagógicos que terão competência para decidir nessas matérias.

A gestão da rede escolar é complexa, a sua manutenção é dispendiosa, de maneira que devemos olhá-la de forma integrada, de forma a responder da melhor maneira às necessidades de todos e a evitar precipitações que podem custar caro ao erário público e por conseguinte a todos nós.

A função de quem governa é a de ouvir todas as partes e de decidir em conformidade e em consciência de acordo com os recursos e soluções disponíveis, sabendo que investimentos desta envergadura devem ser realizados depois da devida análise crítica da sua pertinência, e não apenas, porque a insistência popular assim o determina num determinado momento.

Senão vejamos:

- foi a comunidade da Vila da Povoação que não aceitou a construção de uma nova escola quando o então Governo Regional ponderou, efetivamente, essa possibilidade;
- os pressupostos que levaram a essa renúncia mantêm-se, ou seja, retirar a escola do centro da Vila teria gravosas consequências não só na sua desertificação, como também no pequeno comércio e na economia da vila da Povoação, isto na perspetiva de alguns sectores locais;
- foi feito um investimento considerável na construção da escola das Furnas, que leciona até ao 9º ano, e na remodelação da escola sede na

Vila da Povoação, para atender aos interesses da comunidade povoacense.

Parece-nos inviável um compromisso do Governo Regional dos Açores com a construção de uma nova escola num horizonte temporal tão reduzido.

Nem o Plano para 2015, nem na Carta Regional de Obras Públicas se encontra prevista a construção de uma nova Escola na Povoação. Mais do que isso, com os recursos disponíveis, será impraticável um compromisso para esta legislatura.

Apesar disso, e porque se compreende os motivos apresentados pelos peticionários, propõe-se que, em diálogo e articulação com todas as entidades que de alguma forma se relacionam com esta problemática, seja ponderada a pertinência e as consequências de uma eventual inclusão na Carta Escolar, quando esta for revista, de um novo edifício para a sede da EBS da Povoação.

Porém, se alguma vez estiver em causa a segurança da comunidade escolar, as prioridades terão de ser naturalmente revistas e alteradas, como aliás é marca dos governos socialistas, onde as pessoas são colocadas sempre em primeiro.

Foi exemplo disso a intervenção no talude por recomendação do LREC que foi levada a cabo durante a anterior legislatura, aliás como foi explicado aquando da discussão da anterior petição de teor semelhante apresentada já em 2008.

No presente, a maior preocupação reside na reparação da cobertura do Pavilhão Desportivo, resultante da fratura de vigas e traves de apoio o que motivará uma intervenção a breve trecho garantindo a segurança de

quem o utiliza que é naturalmente a prioridade que se afigura relativamente ao edifício que alberga a EBS da Povoação.

Aliás esta não é a única escola da região que utiliza pavilhão fora do espaço do edifício sede, que não sendo naturalmente a solução ideal, é uma situação perfeitamente viável, depois de cuidadas as devidas e necessárias articulações.

As condições espaciais contribuem para a promoção de um ensino de qualidade e funcionam como um facilitador no processo de ensino-aprendizagem, pelo que não se deve descorar o investimento em infraestruturas, ainda mais a este nível, tendo em conta o fim a que se destinam. Mas esse é apenas um dos fatores de entre muitos, que só se devidamente combinados e garantidos poderão resultar num pleno sucesso.

Esta petição terá sido mais um passo no processo de formação de opinião dos Povoacenses, que acreditámos que no devido tempo terão a solução encontrada para aquela que será a melhor resposta para o futuro do complexo escolar da Povoação.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP quer começar esta intervenção por saudar esta iniciativa dos cidadãos, dos povoacenses. É evidente que nem todos terão subscrito esta petição, mas o número de peticionários é uma amostra significativa da vontade dos povoacenses.

Isto até um pouco para contrariar a argumentação que foi utilizada pelo deputado que falou em nome do Grupo Parlamentar do PS para justificar o injustificável.

Aliás, gostaria de dizer que face não só aos argumentos da petição, mas também ao conhecimento que temos daquela realidade, o que nós podemos dizer e afirmar com toda a segurança é que para os pais e encarregados de educação, para quem trabalha na escola, para quem estuda na escola, esta é uma questão mais do que esclarecida. É necessário uma nova escola básica e secundária para a Povoação. É perfeitamente claro, a não ser para o Partido Socialista, mas isso o Partido Socialista terá de justificar aos povoacenses e as suas incongruências internas deste processo tem de explicar isso aos povoacenses, porque efetivamente é perfeitamente claro (e volto a repetir) para os pais, encarregados de educação, para quem trabalha e para quem estuda naquela escola, a necessidade de haver uma nova infraestrutura ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: ... que garanta a qualidade das instalações e dos equipamentos para que ali se possa desenvolver um projeto de aprendizagem, os projetos curriculares daquela escola.

Isso é uma evidência.

Deputado José San-Bento (PS): Não é, não senhor!

O Orador: O resto são incongruências do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e quando o Partido Socialista diz “sim senhor, é necessário, mas é lá mais para a frente”, a Representação Parlamentar do PCP diz outra coisa. Diz que trata-se aqui de uma questão de prioridades e pelos vistos, para o Governo do Partido Socialista e também para o Grupo Parlamentar que o apoia, a educação ...

Deputado José San-Bento (PS): É falta de autarquia!

O Orador: Pois, o problema é esse!

Oh, Sr. Deputado, mas o problema é exatamente esse e o Presidente de Câmara é quê? É do Partido Comunista?

É do Partido Comunista Português?

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo.

O Orador: Tanto quanto eu sei, o Presidente da Câmara Municipal da Povoação é um eleito do Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Isso não faz qualquer sentido!

O Orador: Portanto, estamos esclarecidos e esse é um problema interno do Partido Socialista que eu não tenho nada a ver com ele, mas resolvam-se.

Vamos àquilo que são factos. Não é possível nesta legislatura.

Será possível na próxima? Ou eventualmente ainda numa outra?

Porquê? Mas porquê?

Porque as prioridades do Governo Regional, ou melhor, nas prioridades do Governo Regional não consta a educação. Se constasse a educação e a qualidade da educação na Região Autónoma dos Açores, designadamente no concelho da Povoação, então havia dinheiro para a construção da escola e o problema resolvia-se.

O problema aqui, e é isto que o Partido Socialista também não quer dizer, é que a escassez orçamental leva a que esta opção não tivesse sido tomada em tempo útil. Esse é o problema.

Por que é que há escassez orçamental?

Porque as prioridades do Governo Regional, em termos da afetação dos recursos financeiros públicos, não são encaminhados para a educação.

São encaminhados para outras prioridades que têm dado o resultado que nós conhecemos.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não apoiado!

O Orador: Uma pausa para os apartes! Estão satisfeitos?

Querem continuar?

Muito obrigado.

Portanto, para que fique claro. O grande problema é esse.

Quando se afetam milhões e milhões de euros para sustentar interesses que não são propriamente os interesses públicos, o que acontece ...

Oh, Sra. Deputada, diga-me uma coisa.

Qual é o orçamento do Centro de Artes Contemporâneas por ano?

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar os deputados ...

O Orador: Um milhão de euros?

Quanto é que custou o Centro de Artes Contemporâneas?

Quantos milhões custou?

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Quer comparar com uma escola nova?! O senhor tenha juízo!

O Orador: Quantos milhões custou?

A questão é esta. Trata-se de uma opção e a opção do Governo Regional foi afetar recursos financeiros públicos a obras de regime ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Isso não é verdade!

O Orador: ... e não construir uma escola que é uma necessidade para a Povoação.

Isto é que corresponde rigorosamente à verdade.

Mas a Representação Parlamentar do PCP teve oportunidade de, em sede de discussão do Orçamento para 2015, até dar uma oportunidade ao

Governo Regional de sinalizar a construção da escola e fez uma proposta de alteração ao Plano Anual Regional de 2015 que criava uma nova ação à ação 5.1.19 que dizia “construção de um novo edifício para a Escola Básica e Secundária da Povoação”.

Portanto, estava a dar entrada a petição nos serviços da Assembleia e ainda não tinha sido distribuída aos deputados, mas o PCP, porque conhece aquela realidade, estava a apresentar aqui, em sede de Plano para 215, uma nova ação, que era a construção da escola da Povoação.

Pois bem, como todos sabemos, esta proposta foi chumbada e foi chumbada, claro, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Foi chumbada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas mereceu os votos a favor de quem?

Do PPM e do PSD e as abstenções do CDS-PP e do Bloco de Esquerda, que também é uma coisa que importa explicar, porque o PCP fez o seu papel, conhece a realidade ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fez, fez!

O Orador: Fez o seu papel!

Conhecendo a realidade e reconhecendo a necessidade da construção de uma nova escola, ainda antes desta petição ter dado entrada nos serviços, em sede de discussão do Plano, apresentou aqui uma proposta que foi chumbada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque optou por outras prioridades em termos orçamentais e em termos do Plano, afetando milhões e milhões de euros a obras de regime, para não falar noutras questões e noutros programas de apoio que dão o resultado que todos nós conhecemos, e chumbou esta proposta do PCP.

Para que os povoacenses saibam: o PCP em novembro de 2014, em sede de discussão do Plano e do Orçamento, apresentou uma proposta para a

construção de uma nova escola. Esta proposta foi chumbada pelo Partido Socialista e mereceu o apoio do PPM, do PSD e a abstenção do CDS-PP e do Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Ouvimos há instantes a bancada do Partido Socialista fazer mais uma promessa aos povoacenses: ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É mentira! Ninguém fez promessas!

O Orador: ... na possibilidade da revisão da Carta Escolar poder incluir a construção de um novo edifício.

Pois eu começo exatamente com uma citação e a citação é esta:

“A Carta Escolar que vier a ser aprovada pelo Governo Regional deverá contemplar a construção de uma nova Escola Básica e Secundária na Povoação”. Fim de citação.

Esta foi a recomendação feita unanimemente ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Em 2009!

O Orador: ... por este Parlamento ao Governo Regional em maio de 2009.

As razões eram, e continuam a ser, objetivas: ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E!...

O Orador: ... instalações escolares desadequadas à sua finalidade e que, já então, há seis anos, se dizia, e volto a citar, “não oferecem condições de trabalho comparáveis com a generalidade das escolas da Região”.

As salas são exíguas.

O laboratório não passa de uma sala normal, desprovida de equipamento específico e sem os meios de segurança exigidos por lei.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade!

O Orador: As instalações desportivas não reúnem as condições mínimas para a prática de qualquer modalidade, além de insuficientes para albergar toda a população escolar, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Qual é o ano?

O Orador: ... circunstância que obriga os alunos a atravessar a vila, até ao ginásio municipal, à mercê de vários perigos e das sempre imprevistas condições climatéricas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sr. Deputado, não se meta por aí! São zonas fechadas! Não dramatize!

O Orador: Pior do que tudo isso é o facto de o ginásio, como aconteceu neste ano letivo, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E os da Domingos Rebelo não atravessam?

O Orador: ... evidenciar problemas estruturais que põem em causa a segurança de alunos, professores e funcionários.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Também não é verdade!

O Orador: O espaço do refeitório é impróprio para o fim a que está destinado. Apesar disso serve também, o refeitório, de sala de convívio, sala de estudo e até ginásio (e até de ginásio).

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Também não é verdade! O senhor sabe que isso não é assim! Não se estique!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade, sim senhora!

O Orador: Sra. Presidente, a Sra. Deputada Catarina Furtado, da bancada do Partido Socialista, está em aparte, que é regimental, a dizer que é mentira o que eu estou a dizer.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não disse isso!

O Orador: O refeitório da Escola Básica e Secundária da Povoação, além dessa função, tem também a função de sala de convívio, sala de estudo e até ginásio.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade! Eu vi!

O Orador: Nós, deputados de São Miguel do Partido Social Democrata, visitámos a escola, fomos guiados nessa visita pelo Conselho Executivo e foi essa a informação que nos foi dada pelo Conselho Executivo.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E balneário?

Deputado Jorge Macedo (PSD): É verdade! Não vale a pena negar porque vi!

O Orador: Portanto, se há alguém que mente aqui dentro é a Sra. Deputada Catarina Furtado.

E vou continuar, dizendo o seguinte: a circunstância daquele refeitório ser utilizado, nomeadamente para ginásio é caso para perguntar se a inspeção das atividades económicas, por acaso, permitiria que num espaço privado se fizesse a conjugação de todas aquelas atividades. Julgamos que não.

Na escola também não existem “salas próprias e devidamente dimensionadas para Educação Musical, Educação Tecnológica, nem para o ensino das TIC”, dizem os peticionários.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Já não há TICs!

O Orador: Não é o PSD que diz. São os peticionários.

Faltam também os espaços próprios de trabalho para professores, salas de reunião e salas para os departamentos curriculares.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A minha escola também não tem!

O Orador: Quem o diz também são os peticionários.

Portanto, se isso incomoda o Partido Socialista, o Partido Socialista tem de protestar não é com o PSD, mas com os peticionários e com a realidade que é a escola da Povoação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: A descrição das instalações da Escola Básica e Secundária da Povoação não pode ser mais eficiente do que aquela feita por uma senhora deputada da bancada do Partido Socialista.

Agora deixo de citar os peticionários e vou citar uma senhora deputada da bancada do Partido Socialista em 2009 que dizia o seguinte sobre esta mesma escola: ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor está incomodado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quem era?

O Orador: ... “espaços exíguos, com dificuldade de circulação de ar, com dificuldade de elaboração dos próprios horários em virtude de, muitas vezes, ter de haver aulas simultâneas no mesmo espaço...”.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Tinha mais alunos, Sr. Deputado!

O Orador: Citei a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Há seis anos era assim.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Diminuiu o número de alunos!

O Orador: Nada mudou de então para cá. Ou melhor dizendo, mudou, tudo se complicou. As instalações e os equipamentos degradaram-se,

creceram as exigências e a escolaridade obrigatória foi alargada de nove para 12 anos.

Apenas se manteve uma coisa: o desejo antigo dos povoacenses de disporem de instalações seguras e propícias a um ensino de qualidade que lhes é devido; um direito fundamental.

O nosso Parlamento já apreciou em 2009 uma petição com objetivo idêntico à que agora temos entre mãos e que então deu azo à aprovação, por unanimidade, de seis recomendações ao Governo Regional. Entre elas a de que o Governo Regional devia contemplar na Carta Escolar e cito “a construção de uma nova Escola Básica e Secundária na Povoação”.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Nós estamos a avaliar a petição deste ano!

O Orador: A velha aspiração dos povoacenses aliás parecia que ia tomar forma quando em novembro 2010 o GaCS noticiava o seguinte título: “NOVA ESCOLA DA POVOAÇÃO CONSIDERADA NA NOVA CARTA ESCOLAR.”

E continuava dizendo que a escola, que a construção “está a ser considerada «no âmbito da revisão em curso da Carta Escolar da Região». Quanto à calendarização da construção, a então Secretária da Educação, Lina Mendes, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O Sr. Presidente do Governo é que tem razão! Deixe de olhar para trás, olhe para a frente!

O Orador: ... já havia dito nesta Assembleia o seguinte: “que a primeira etapa da construção da nova escola será incluí-la na nova carta escolar enquanto instrumento de planeamento das intervenções na rede escolar da região, o que significa [e estou ainda a citar a Sra. Secretária de então] o

comprometimento com a sua construção”. Repito: o que significa “o comprometimento com a sua construção”?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Repita outra vez!

O Orador: Lina Mendes entretanto cessou funções. Seguiu-se-lhe na Secretaria Cláudia Cardoso. Depois a Secretaria mudou de Secretária e de nome, foi tutelada por Fagundes Duarte, agora por Avelino Meneses, mas o Governo socialista continua a adiar o futuro na Povoação.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos secretários?

O Orador: É talvez por este passado de incumprimentos e enganar que os deputados do PS na Comissão de Assuntos Sociais impediram a audição da Câmara Municipal da Povoação e do Conselho Executivo da Escola, entidades determinantes na apreciação daquilo que nós estamos a analisar. É verdade que impediram a audição da Câmara Municipal da Povoação e do Conselho Executivo da Escola com o seu voto, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não impedimos! Fomos contra!

O Orador: ... o que é muito legítimo, mas como diz o povo “quem não deve não teme”.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E democrático!

O Orador: Aliás, tenho também que considerar um pouco estranho a circunstância de nesta petição uma Sra. Deputada do Partido Socialista, que até é Presidente da Assembleia Municipal da Povoação, não ter sido ela a intervir sobre esta matéria.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não seja desse tamanho, Sr. Deputado! Suba mais um bocadinho! Que baixeza! Que falta de chá! Que nível!

O Orador: Já percebemos que o PS passa o assunto ao lado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas os senhores e as senhoras lá sabem porquê.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Joaquim Machado faça o favor de continuar.

O Orador: É talvez por esse passado de incumprimentos e enganar, dizia eu, que o PS na Comissão de Assuntos Sociais impediu com o seu voto a audição do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Povoação e do Conselho Executivo da Escola.

Julgo que aqui chegado podemos fazer três notas finais.

A primeira delas na sequência de um aparte do Sr. Deputado José San-Bento que disse há instantes que não é necessário uma escola nova na Povoação.

Deputado José San-Bento (PS): é necessário investimentos naquela escola!

O Orador: Pois, eu queria recordar que em 28 de março de 2012, por mera circunstância ano de eleições regionais, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, estou mesmo a terminar.

... o PS emitiu um comunicado onde se lia: “O Concelho da Povoação precisa duma escola nova e vai tê-la com o PS”, em 2012. Julgo, sinceramente, que será um dia o PSD a construí-la.

A segunda nota final, Sra. Presidente, estou mesmo a terminar, é para sublinhar a posição atual do Governo Regional sobre esta matéria. Segundo o Secretário Regional da Educação disse que “nem o Plano 2015, nem a Carta Escolar tem prevista a realização desta obra.”

E mais! Disse mais e agora vou citar: mais do que isso, os recursos disponíveis [são palavras do Sr. Secretário Regional, Avelino Meneses], não será fácil até 2020 [sublinho, até 2020] albergar um semelhante projeto”.

Portanto, até 2020, com a vontade do Partido Socialista não há escola nova na Povoação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Até 2020 vão ter de certeza, porque com o PSD vão ter que esperar muitos mais anos!

O Orador: A terceira nota, Sra. Presidente, e é a última, é para informar que hoje mesmo o PSD deu entrada nos serviços da Assembleia ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Um projeto de resolução!...

O Orador: ... com uma Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional desencadear com urgência o processo de construção de uma nova Escola Básica e Secundária na Povoação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sim senhor!

O Orador: Nesta proposta, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Estou mesmo, Sra. Presidente.

... julgamos ter ao nosso lado os 1.163 signatários desta petição. Seguramente está connosco o desejo dos alunos, pais e encarregados de educação, enfim, toda a comunidade educativa da Povoação. Acima de tudo, está o direito que eles têm a uma educação condigna. Em nome dessa causa e do futuro, lutaremos para que dessa vontade coletiva se faça realidade e se cumpra a esperança.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar os peticionários por trazerem pela segunda vez a esta Assembleia a sua preocupação com a necessidade de criar um novo complexo escolar no concelho da Povoação.

Este ato de cidadania que se repete passados seis anos, manifesta a legítima insatisfação desta população que entende que as condições atuais da Escola Maria Isabel do Carmo Medeiros não oferecem as condições ideais para que os seus filhos a frequentem, nem tão pouco contribuem para a motivação, nem para o sucesso escolar dos seus educandos.

Se a subscrição de uma petição poderia ser considerada uma chamada de atenção ao Governo Regional, uma segunda petição reforçando o mesmo assunto clama por uma intervenção urgente.

Tendo por base o que foi exposto em Comissão e o que está vertido na petição, parece óbvio que, embora tenham existido algumas intervenções que procuraram minimizar as dificuldades no edifício existente, essas mesmas intervenções não foram suficientes nem vão de encontro às expetativas e necessidades de quem a frequenta.

O Governo Regional por toda a Região procurou dotar a rede pública de ensino de mega escolas e até mesmo não se coibiu de encerrar algumas escolas de freguesia para viabilizar e justificar os mega empreendimentos educativos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A senhora quer uma mega escola?

A Oradora: Neste momento, sobram alguns exemplos de escolas que ainda carecem de intervenção, como é o caso desta escola na Povoação, mas também como é o caso da prometida Escola Básica e Secundária da Calheta, ...

Deputado André Bradford (PS): E a das Velas?

A Oradora: ... uma escola que aguarda pelas novas instalações e que tem criado muitas expectativas na população, mas infelizmente as obras ainda não viram a luz do dia.

Não somos a favor de mega escolas, mas de escolas que ofereçam as condições necessárias ao bem-estar, à segurança e promotoras do sucesso escolar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se houve uma altura em que a população da Povoação não quis a deslocação da nova escola para a periferia do concelho, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Na República querem é mega escolas!

A Oradora: ... neste momento essa questão já não se coloca.

A população pretende que o Governo Regional assuma o compromisso da construção de uma escola que resolva os problemas atuais de precariedade de condições e constrangimentos, bem como os problemas de insuficiência de instalações que o atual edifício apresenta.

É uma questão que necessita de uma resposta concreta e definitiva, porque fazer remendos num edifício que não oferece as condições físicas suficientes para a utilização atual, não nos parece ser a melhor solução.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começar, obviamente, por, em nome do Bloco de Esquerda, saudar estes 1.163 signatários e signatárias desta petição na pessoa, ou nas pessoas, da D. Sónia Cardoso e do Prof. António que foram ouvidos em sede de Comissão de Assuntos Sociais e que trazem a esta Casa uma reivindicação para a construção de uma escola nova, de uma escola construída de raiz para a Povoação, portanto, uma nova escola básica e secundária.

Registar que desde 2009, altura em que também chegou uma petição com o mesmo objeto, até 2015, estes 1.163 signatários inflacionaram bastante os 700 que há seis anos apresentaram e subscreveram uma outra petição.

Quer isto dizer, no nosso entendimento, que se há seis anos havia um conjunto alargado de pessoas nesta comunidade que já achavam que era urgente essa construção, agora o aumento significativo do número de subscritores desta petição é a prova provada de que essa necessidade se agravou.

Aliás, Sras. e Srs. Deputados, a maior parte de nós conhece aquela escola e conhecemo-la há muitos anos e sabemos perfeitamente, porque vemos com os nossos olhos, em que medida é que as condições de trabalho lá dentro se têm vindo a degradar.

E conhecemos mais!

Conhecemos a capacidade de resistência, a criatividade, a imaginação e a boa vontade de toda uma comunidade escolar (professores, alunos e outros agentes) que tenta dar à escola um aspeto agradável, atraente e minimamente sedutor, porque a sedução do espaço também faz parte da atividade pedagógica por muito que alguns não queiram compreendê-lo.

É bom para aqueles que não conhecem, nem nunca conheceram esta escola, nós não nos cansamos de reler algumas das constatações que os peticionários fazem questão de ter no seu texto.

Nós estamos a falar de uma escola básica e secundária que não possui espaços de convívio para alunos, nem sala de estudo, nem gabinete médico, nem biblioteca devidamente organizada, nem salas de apoio, nem espaços corretamente adaptados à prática da educação física.

Uma escola que não tem anfiteatro, uma escola que não tem salas próprias, nem devidamente dimensionadas para várias disciplinas, entre elas a educação musical, a educação tecnológica e o ensino das TIC.

Uma escola que não possui laboratórios próprios e devidamente dimensionados para física, química e biologia.

Uma escola em que os alunos e os professores continuam a recorrer a espaços exteriores à escola para o desenvolvimento de várias atividades, nomeadamente a educação física, o quer dizer que a proibição dos pais, mães e encarregados de educação quando dizem à escola “o meu educando não pode abandonar o espaço escolar durante os tempos livres” é completamente posta de lado. Portanto, branqueada, porque os alunos não saem por vontade própria, são obrigados a sair do espaço da escola.

Uma escola onde os alunos continuam a ter de circular no exterior da mesma para atividades que não conseguem desenvolver no seu interior.

Uma escola em que nos dias de chuva os alunos não têm outro espaço para se acolher senão no refeitório.

Uma escola onde a proximidade entre os blocos é de tal maneira que nas salas os professores e alunos se ouvem uns outros de uma sala para a outra. Se isto é concentração ou possibilidade de concentração, Sras. e Srs. Deputados, nós então não sabemos o que é a concentração.

E poderia continuar, porque os subscritores desta petição são muito claros na análise que fazem das condições não só degradadas, mas lamentáveis, absolutamente indignas, de uma escola, numa Região que se gaba (e com razão) de ter no seu território escolas de ponta do ponto de vista das suas infraestruturas e do seu apetrecho. Isso é um motivo de orgulho para nós todos.

Agora o que não é um motivo de orgulho para nós todos é que haja escolas de ponta, escolas que são exemplo para o país nesta Região ao lado de escolas de uma pobreza conflagradora como é este o caso.

Dizer também, portanto, e também concluir, que há ofertas formativas que estão vedadas a esta comunidade por exatamente o espaço e as condições físicas não o permitirem.

Dizer também que em maio de 2015 a assembleia de escola voltou novamente a explicar muito bem as razões porque reivindica a construção de uma escola de raiz, não esquecendo o facto de em 2009 ter sido aprovado nesta Casa, por unanimidade, uma proposta que exatamente versava a intenção de construção dessa escola de raiz.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): E bem!

A Oradora: No fundo, a assunção de que as condições em 2009 daquela escola já não eram dignas e daí que toda a gente dentro desta câmara, todos os partidos, tenham sido unânimes na necessidade dessa construção.

Portanto, só quem não conhece aquela escola, ou quem quer fingir que não a conhece, é que pode dizer que tudo está bem nela.

Por isso, o Bloco de Esquerda muito estranha que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura tenha dito em sede de Comissão de Assuntos Sociais o seguinte e vou citar o Sr. Secretário: “Importa dizer

que as condições físicas da escola da Povoação não estão ao nível dos melhores estabelecimentos escolares da Região, mas é falso que tais condições comprometam o desempenho pedagógico dos estudantes e o exercício profissional dos docentes, não sendo por isso fomentadoras da indisciplina e do insucesso.”

Sras. e Srs. Deputados, depois de ter lido apenas algumas das características da escola de que nós estamos a falar é inaceitável que o responsável pela educação na nossa Região diga que as condições desta escola, da forma como ela está, não intervêm de maneira nenhuma na atividade pedagógica. Só quem não foi professor, nem sabe o que é uma escola, é que pode fazer esta afirmação.

Disse ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura o seguinte: “A humildade e de preferência condimentada com uma porção de frontalidade fica bem na política.”

Sábias palavras as do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura!

Comecemos pela humildade. A humildade era o Governo Regional e o Partido Socialista reconhecerem que aquela escola não tem condições decentes para a atividade pedagógica, para dignificar toda uma comunidade escolar e até para dignificar uma comunidade de pessoas que vivem dentro daquele concelho. Isto era humildade.

E a frontalidade era o Sr. Secretário dizer, pura e simplesmente, “não, não construímos”.

Porquê?

Porque não.

Agora o que não vale é vir com o argumento de que a comunidade, há uma parte alargada daquela comunidade, não quer a escola e vou explicar porquê.

Disseram em sede de Comissão, nomeadamente o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e até o Sr. Deputado do Partido Socialista que foi o primeiro a intervir sobre esta matéria, que neste momento não basta uma comunidade reivindicar uma escola para que o Governo Regional a construa.

Mas, oh Sras. e Srs. Deputados, porque é que bastou em 2009 a comunidade dizer que não a queria para que o Governo deixasse de a fazer?

Há aqui qualquer coisa que não está certo.

Então para umas coisas, para umas decisões, a reivindicação de uma comunidade é fundamental e essa é a justificação para não ter construído a escola antes; agora que a comunidade evoluiu, que as pessoas alteraram o seu pensamento, a sua perspetiva e que finalmente compreenderam que aquela escola não tem condições e que dizem “queremos a escola”, o Governo e a maioria parlamentar diz “não basta uma comunidade querer para o Governo fazer.”

Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, Sra. e Srs. Membros do Governo, entendam-se!

Deputado José San-Bento (PS): Estamos entendidos. A Sra. Deputada é que ainda não entendeu. Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa!

A Oradora: Ou bem que a reivindicação de uma comunidade justifica uma decisão do Governo, ou bem que não a justifica. Agora as duas coisas ao mesmo tempo é um bocadinho esquizofrénico.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Não estamos!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A última intervenção é do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pensei que não estivesse aqui, Sr. Deputado!

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PPM esta questão das novas escolas e de adaptarmos a capacidade destas escolas, de modernizarmos as escolas às necessidades da comunidade educativa é uma questão fundamental.

Mesmo agora o PPM saiu, e eu próprio, de uma batalha terrível no sentido de conseguir a criação de três salas de aula, três miseráveis salas de aula na ilha do Corvo, que possibilitarão que o crescimento em número de turmas tenha também ...

Salas de pequena dimensão, de grande simplicidade, mas não se pede mais do que isso.

O que se pediu foram condições de dignidade e que os miúdos, os alunos, pudessem aprender em espaços diferenciados. Tão simples como isto!

É isto que está a ser agora feito na escola do Corvo.

Portanto, tenho naturalmente sensibilidade em relação a estas questões e acho que há neste momento um problema em relação ao nosso parque escolar. É que ao mesmo tempo, e é verdade, que contamos hoje com instalações escolares de belíssimo nível, de condições extraordinárias, ao mesmo tempo (enquanto se fez este esforço de criar um novo parque escolar e escolas de boa qualidade) nós temos assistido, principalmente nas periferias, à degradação das condições das instalações escolares já com uma década, ou duas décadas, ou mais do que isso, que ao longo deste tempo se têm vindo a degradar e que já não correspondem às necessidades atuais do ponto de vista do ensino e do ponto de vista da evolução tecnológica que também se tem vindo a realizar a este nível.

Nesse sentido, há aqui um desfasamento entre o esforço que tem sido feito de modernização do parque escolar e desta recuperação de outros edifícios mais antigos.

Isto faz com que exista hoje em dia uma situação muito diferenciada. Nós temos concelhos, escolas de extraordinário nível em muitos sítios, portanto, alunos e comunidades escolares otimamente servidos e outras comunidades escolares cujo edifício se tem vindo a degradar e não tem de facto as melhores condições.

Portanto, há aqui uma diferenciação que se tem vindo a cavar em relação às condições das comunidades escolares.

Na minha perspetiva e na perspetiva do PPM, a nossa prioridade nesta matéria, é de antecipar as obras de recuperação dos edifícios escolares mais antigos nos casos em que seja possível, em que isso seja possível, e também construir novas escolas no caso de ficar provado que não é possível a recuperação daqueles edifícios escolares, mas isso tem de ser feito com a maior rapidez e com uma maior prioridade do ponto de vista político. Ou seja, da nossa parte, a nossa prioridade continua a ser a educação, porque consideramos que a educação permite de facto criar um sistema de igualdades cívicas, permite a criação de igualdade de oportunidades, permite o desenvolvimento da nossa sociedade, permite em síntese também o desenvolvimento económico e social dos Açores.

Nesse sentido, é uma prioridade e nesse sentido, do ponto de vista das nossas prioridades, do ponto de vista daquelas escolhas que temos de fazer em relação ao investimento público que é concretizado, a modernização do nosso parque escolar, nomeadamente tendo em atenção que é necessário não deixar ninguém para trás (temos e é inegável ótimas instalações escolares), mas é necessário nalgumas situações também ter

em atenção que aquelas instalações escolares necessitam da melhoria das suas condições e, portanto, não podem ficar décadas à espera das obras de recuperação. Penso que há aqui um desfasamento e nós temos aqui um problema que se tem vindo a aprofundar, que é de facto condições extraordinárias nuns locais e condições cada vez mais degradadas noutros locais.

No caso da escola da Povoação, que é uma escola que eu conheço (conheço bem o nosso parque escolar, tive a oportunidade de visitar quase todas as escolas da nossa Região, senão todas), devo dizer que algumas destas condições tive oportunidade de verificar que correspondem à realidade e que estas situações obviamente têm de ser corrigidas.

A minha opinião é também a opinião dos peticionários, é que é necessário a construção de um novo edifício escolar e considero que essa é uma questão prioritária para responder às justas aspirações daquela comunidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Concluimos o nosso ponto.

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação à Mesa. Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às cinco para as seis.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que reocupem os vossos lugares para podermos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 08 minutos

Sr. Deputado António Marinho, pediu a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação.

Sra. Presidente para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 18 horas e 40 minutos.

Eram 18 horas e 09 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 46 minutos.

Entramos agora no ponto oito da Agenda da Reunião: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 53/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, que criou os hospitais atualmente integrantes do Serviço Regional de Saúde dos Açores organizados como entidades públicas empresariais, e aprovou o regime jurídico aplicável aos mesmos bem como os respetivos estatutos.**

Para a apresentação desta proposta de DLR tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional dos Açores vem a esta Assembleia propor uma alteração ao DLR n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro, que possibilitou a criação dos hospitais EPE e aprovou o regime jurídico dos mesmos.

Isto porque entretanto foi publicado o DLR n.º 7/2008/A, de 24 de março, que consagrou o regime jurídico do Setor Público Empresarial da Região definindo regras muito precisas para este setor e obrigando obviamente à adaptação dos estatutos das entidades até então existentes.

Por sua vez o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, estabeleceu também o estatuto do gestor público regional e previa esse diploma também alterações aos estatutos dos próprios EPE.

Para além dos motivos apresentados atrás expostos o Governo também considerou ser pertinente nesta alteração fazer uma proposta de alteração da designação do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo para Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, designação pela qual é atualmente conhecido, mas não estava ainda previsto em diploma e atualizar também os capitais estatutários dos hospitais.

No fundo, são estas as alterações que o Governo pretende ver com a introdução deste diploma.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Relembro que está à discussão uma proposta de DLR e como tal podem se inscrever as vezes que quiserem.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional traz-nos aqui a primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/A, de 24 de janeiro.

Este Decreto Regulamentar Regional que nós temos aqui e que o Governo pretende agora alterar, enfim, com uma intervenção cirúrgica, é certo (o diploma está aberto), e como tal a Representação Parlamentar do PCP tem forçosamente de tecer aqui algumas considerações sobre a organização do sistema de saúde na Região, designadamente ...

(Aparte inaudível do Presidente do Governo)

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem de tecer aqui algumas considerações sobre a organização do sistema regional de saúde, até porque o modelo de gestão de tipo empresarial que foi introduzido nos hospitais públicos da Região, bem assim como a criação da SAUDAÇOR, na nossa opinião não trouxe ganhos, mas nenhuns. Isto é, falhou completamente, porque nem melhorou a qualidade dos serviços prestados pelo Serviço Regional de Saúde, nem daí resultaram ganhos de economia. Antes pelo contrário.

A criação quer dos hospitais empresa, quer da SAUDAÇOR, que eventualmente estavam enformados de um bom princípio, designadamente a SAUDAÇOR, mas a verdade é que não houve ganhos ao nível da poupança sem pôr em causa o Serviço Regional de Saúde com

a criação da SAUDAÇOR e com a transformação dos hospitais públicos em hospitais empresa.

Aliás, há algum tempo atrás, e numa intervenção feita da tribuna e numa análise à situação financeira do sistema regional de saúde, verificava-se e verifica-se, embora já tivessem acontecido algumas alterações, mas a verdade é que se verificava que ao nível da SAUDAÇOR e dos hospitais empresa, apesar do esforço que nos hospitais empresa estava a acontecer relativamente à redução de custos, há um problema que lhe estava subjacente e que por mais que os hospitais da Região, os EPEs, poupassem, a verdade é que estavam sempre com um grande problema, que era o encargo da dívida.

Sabemos que o encargo da dívida já passou para a SAUDAÇOR, mas o grande problema continua a ser exatamente esse, isto é, para a Representação Parlamentar do PCP o Serviço Regional de Saúde tem de garantir o acesso e os cuidados de saúde a toda a população e tem de o fazer em condições sem uma visão empresarial da saúde. É evidente que quando se faz um contrato programa com os hospitais empresa, aquilo que determina o valor do contrato programa acabam por ser objetivos mais empresariais do que propriamente objetivos em termos da saúde e nós não podemos concordar com isso.

Já o dissemos aqui por várias vezes e já afirmámos também o seguinte: um dos problemas tem a ver com a forma como foram conseguidos e os juros altíssimos que são pagos pela dívida da SAUDAÇOR, mas sobretudo porque as opções orçamentais desviaram dinheiro que devia ser afeto ao Serviço Regional de Saúde, isto é, porque existe um subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde e daí decorre a situação que o sistema regional de saúde atravessa na Região.

Se é verdade que esta é uma alteração cirúrgica, a Representação Parlamentar do PCP não poderia deixar de tecer estas considerações, porque considera que a forma como o Serviço Regional de Saúde está estruturado, designadamente com a SAUDAÇOR e com os hospitais empresa, não corresponde àquilo que é ou que deveria ser um Serviço Regional de Saúde tal como ele foi desenhado inicialmente e não corresponde. Depois há o problema do subfinanciamento, porque se afetam dinheiros públicos para outras prioridades do Governo e se subfinancia o sistema e estou a dizer isto, porque este Decreto Legislativo Regional foi aprovado em 2007 e em 2007 o PCP não estava representado. Na legislatura de 2004 a 2008 o PCP não esteve presente nesta Assembleia, mas se estivesse, teríamos votado contra a criação dos hospitais empresa e como tal essa posição vai hoje ficar aqui determinada, porque votaremos contra, não as propostas, e designadamente algumas propostas de alteração que já apareceram, mas vamos votar contra aquilo que consideramos que é uma medida errada e que foi tomada em 2007 quando se criaram os hospitais empresa e como tal (isto tem de ficar claro) o PCP não concorda com a forma como os Governos do Partido Socialista encaram o sistema regional de saúde da forma como o têm estruturado e como tal iremos votar contra.

Para já, fico-me por esta primeira intervenção, que foi apenas para lançar o debate.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Confusão, quer o senhor dizer!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Como o senhor quiser!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Muito simplesmente para informar esta câmara que o Bloco de Esquerda, relativamente à Proposta de Decreto Legislativo Regional que está em cima da mesa, se irá abster, não exatamente pelo conteúdo das propostas de alteração que do nosso ponto de vista são inócuas, digamos assim, não alteram o fundo e a essência em nenhuma das suas vertentes, (e escusando-me de repetir uma visão próxima da do Deputado Aníbal que acabou agora de explanar as razões da sua oposição, digamos assim) nós abstemo-nos porque, não tendo nada contra as propostas de alteração apresentadas agora, temos tudo contra o modelo de hospitais empresa tal como foram idealizados e consignados. Consideramos mesmo que eles começaram por ser o princípio do fim do Serviço Nacional de Saúde com a abertura às possíveis concessões, ou seja, às parcerias público privadas que infelizmente também chegaram à nossa Região, daí a nossa abstenção.

Quanto à proposta de alteração, Sra. Presidente, talvez guarde para apresentar na altura senão agora como ...

Então posso já fazê-lo.

O Bloco de Esquerda, uma vez que o diploma se abriu, digamos assim, a outras possibilidades de alteração que não só as propostas pelo Governo, entende que os membros do conselho de administração ou dos conselhos de administração dos hospitais devem ser recrutados por procedimentos concursais, obedecendo com as devidas adaptações ao disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 2/2005/A, de 29 de maio, na sua redação

atual para os cargos de direção superior dos serviços e organismos da administração regional.

O que é que nós pretendemos com isto?

Duas coisas claras e que todas as Sras. e Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo compreenderão.

Primeiro, impedir que estes cargos sejam assumidos e aceites por nomeação política e não pelo reconhecimento dos seus pares na competência, nas capacidades técnicas, no profissionalismo de quem acede a estes cargos.

Há um caso recente na nossa Região, nomeadamente no Hospital do Santo Espírito da ilha Terceira (como agora passa a ser designado) que nós consideramos que poderia ter sido evitado e que poderá evitar-se no futuro se na realidade os membros dos conselhos de administração dos hospitais deixarem de ser escolhas políticas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e passarem a ser por reconhecimento de competências não só por uma comunidade, mas sobretudo pelos pares daqueles que são recrutados e que ascendem a outro tipo de categoria profissional.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O objetivo é esse! Não é concurso!

A Oradora: Mas o concurso também tem uma parte de reconhecimento que eventualmente uma nomeação política, Sr. Presidente, ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eventualmente!

A Oradora: Eventualmente!

Mas costuma-se dizer que “cautelas e canjas de galinha não fazem mal ...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Caldos!

A Oradora: Caldos! Canjas também!

... a ninguém.”

Portanto, mal por mal mais vale ...

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este diploma aparentemente inócuo promove a adaptação da designação de Hospitais EPE para entidades públicas empresariais regionais e a aplicação aos conselhos de administração do estatuto de gestor público regional aprovado pelo DLR n.º 12/2008/A, de 19 de maio, alterados pelos DLRs n.º 17/2009/A, de 14 de outubro e 19/2014/A, de 30 de outubro.

Esta proposta procede ainda a alterações de registo de propriedade e aproveita para fazerem-se atualizações de capitais sociais.

Ora, precisamente nesta matéria, gostaríamos que o Sr. Secretário Regional da Saúde nos esclarecesse relativamente a estas atualizações do capital social para que não surjam dúvidas quanto aos montantes que são apresentados.

O Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira já foi inaugurado em 2013 e em 2015 surge então a alteração ao capital social por conta dos terrenos como o Sr. Secretário informou na audição da Comissão Parlamentar. Agradecemos então que esmiuçasse esses números para que esta alteração proposta seja clara como água.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: A proposta que é hoje aqui apresentada pelo Governo é na realidade, já alguém o disse, uma proposta cirúrgica. Ela em si não traz nada de substancialmente diferente em relação àquilo que era no passado, apenas uma adaptação ao estatuto do gestor público regional, com a mudança de designação dos hospitais, como o Sr. Secretário Regional já teve a oportunidade de referir.

Nós vamos votar naturalmente a favor da iniciativa por uma questão conceptual. Achamos que há vantagens na gestão dos hospitais desta forma. Se eles até à data não têm conseguido em algumas circunstâncias maximizar as vantagens das regras de gestão, essa é uma outra questão que no entanto não queria deixar de referenciar, porque na verdade os nossos hospitais têm ao longo dos anos sofrido de um subfinanciamento que conduziu a uma dívida muito pesada. Uma dívida à banca, uma dívida a fornecedores e que ainda há bem pouco tempo foi público, por via de uma associação representativa de empresários, que em alguns dos hospitais da Região, nomeadamente no Hospital de Ponta Delgada, a dívida a fornecedores, relativamente a medicamentos e a dispositivos médicos, se situava na ordem dos 9 milhões de euros.

Isso traduz bem a dificuldade com que os nossos hospitais ao longo do tempo se têm vindo a governar.

Reconhecemos que foi feito um esforço nos dois últimos orçamentos da Região no sentido de, reforçando as verbas, minimizar este subfinanciamento, mas é um facto que os reforços que ocorreram nesses

últimos dois orçamentos não foram suficientes para, de uma forma absoluta, equilibrar a gestão dos nossos hospitais.

Continuam a ser estabelecidos contratos programa, cujo valor ficam aquém da capacidade produtiva dos próprios hospitais, o que gera dificuldades na sua gestão e a necessidades de acertos na fase final de cada um dos anos civis e que importa, no nosso entender, ultrapassar, porque naturalmente isso gera constrangimentos graves ao funcionamento dessas próprias unidades hospitalares e relativamente ao cumprimento dos deveres dessas unidades hospitalares perante os seus fornecedores.

Isso continua a ser infelizmente uma realidade, apesar de ter havido uma transferência do serviço da dívida desses hospitais para a SAUDAÇOR, ficando assim os hospitais ilibados de pagar os compromissos resultantes do recurso à banca ao longo da exploração dos anos anteriores.

Portanto, aqui o que se releva, Sr. Secretário Regional, não são as alterações cirúrgicas que aqui são introduzidas, elas não causam, no nosso entender, qualquer tipo de observação, mas sim uma reflexão que todos nós devemos fazer sobre a forma como os nossos hospitais têm sido geridos, mais propriamente pela forma como têm tido acesso aos recursos necessários para poderem funcionar com algum desafogo, sendo certo que desafogo não significa desperdício, aliás, porque as medidas de racionalização que cada um dos conselhos de administração desses hospitais têm feito, no nosso entender, estão esgotadas e se não quiserem, enfim, utilizar um termo tão extremista para não poderem afirmar que é sempre possível fazer melhor, eu diria que elas estão muito próximas da maximização, da racionalização possível dentro dessas estruturas hospitalares.

Portanto, há que financiar os nossos hospitais com os recursos financeiros de que eles necessitam para poderem funcionar, como dizia, com liberdade e com desafogo, cumprindo sobretudo aquilo que são os seus deveres perante os seus fornecedores, porque isto gera naturalmente falta de credibilidade das instituições perante os fornecedores, gera perturbações no próprio funcionamento das empresas, que muitas das vezes se vêm necessitadas de estabelecer um plano de gestão mais contraído de modo a fazer face aos constrangimentos resultantes do seu crédito sobre esses hospitais e que em algumas circunstâncias (tenho exemplos desses em meu conhecimento) têm levado a um reajustamento dos recursos humanos destas próprias empresas que em alguns casos podem significar mesmo a dispensa de colaboradores.

Portanto, são essas as preocupações que queria, em nome do PSD, aqui deixar. Mais do que as alterações cirúrgicas aqui propostas que não nos levantam qualquer tipo de obstáculo, queria deixar essa reflexão sobre o modo como as nossas unidades hospitalares têm funcionado, os recursos que elas têm à sua disposição e a exigência que se faz (permitam-me, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo), que permitam uma melhor interligação entre os três hospitais da Região de modo a que, criando sinergias entre eles, se possa obter um tipo de resposta mais eficiente.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A nossa posição aqui é muito semelhante àquela que foi apresentada pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda.

O PPM historicamente esteve contra esta medida, contra a criação dos hospitais empresa e nós consideramos que esta transformação teve como objetivo desresponsabilizar o Estado daquela que é, na nossa perspetiva, a sua função.

Nós consideramos que a saúde é um setor em que existe uma forte responsabilidade inalienável por parte do Estado e neste caso da Região.

Nessa perspetiva e tendo em conta a gestão absolutamente ruinosa ...

Porque aquilo que nos disseram quando este modelo de gestão foi criado, foi que tínhamos encontrado uma forma eficaz de gerir a saúde e o que nós temos hoje é um quadro absolutamente ruinoso: hospitais em falência técnica e um setor subfinanciado encontrando crescentes dificuldades do ponto de vista financeiro e com alguma desresponsabilização por parte da Região que não assume responsabilidades políticas diretas e nessa perspetiva é evidente que nós mantemos a nossa posição de sempre. É uma posição de princípio em relação a este modelo de gestão. Não concordamos com o princípio. Façam-se as alterações que se fizerem, não alterando a natureza da gestão, o PPM mantém o seu posicionamento.

Portanto, vamos votar contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois da intervenção do Deputado Luís Maurício, exatamente no que concerne à parte inicial da intervenção do Deputado Luís Maurício, dizer

o seguinte: há uma identificação perfeita, uma coincidência, relativamente ao modelo concetual da organização do Serviço Regional de Saúde ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Só falta chamar comunista!

O Orador: Não, não!

... em relação ao Governo Regional, em relação ao Partido Socialista!

Portanto, mais uma vez se comprova aqui a grande semelhança, a grande aproximação entre os partidos do centrão, ...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Está tudo ligado!

O Orador: ... o que é apenas mais uma constatação relativamente àquilo que representa o PS e o PSD.

Mas, oh Sr. Deputado Luís Maurício, isso responsabiliza o PSD. Quando dão esse aval ao PS e ao Governo Regional responsabiliza o PSD na situação que se está a viver no Serviço Regional de Saúde, Sr. Deputado. Era bom que o PSD clarificasse melhor esta posição.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Talvez para responder à única questão que me foi colocada de forma direta pela Sra. Deputada Ana Espínola relativamente aos capitais estatutários.

Para dizer que as alterações que estão aqui propostas preveem um aumento do capital estatutário do Hospital de Ponta Delgada em 126.

511,50 €, decorrentes de uma ação de incorporação de pagamento de dívida, e um aumento também no Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira de 432. 525, 50 €, decorrentes daquilo que já tinha também explicado desta alteração que houve da localização do hospital e da própria constituição da PPP.

O Hospital da Horta não tem qualquer tipo de alteração inerente no seu capital estatutário.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação deste diploma.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade, ao debate e votação na especialidade.

Aliás, coloco a questão se posso pôr à votação o artigo 1.º e 2.º do diploma uma vez que não têm propostas de alteração.

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 1.º e 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Estão agora à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tendo sido rejeitadas as propostas de alteração, está então agora à votação o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar os restantes artigos do diploma à votação conjunta?

Não havendo oposição ...

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) Deputado Luís Maurício (PSD): Para uma interpelação à Mesa.

Nós não tivemos conhecimento da proposta de alteração ao artigo 3.º por parte do Bloco de Esquerda, apenas e só de alterações ao artigo 6.º e ao artigo 13.º.

Presidente: Sim.

Passo a explicar porque talvez não fiz essa explicação quando apresentei a votação.

O artigo 3.º do diploma altera uma série de apêndices ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas não é do Bloco de Esquerda!

Presidente: ... do diploma e a proposta de alteração do Bloco de Esquerda altera concretamente o artigo 6.º do apêndice segundo, do anexo primeiro e artigo 13.º deste mesmo anexo primeiro do apêndice segundo.

Portanto, no fundo, o que eu coloquei à votação foram as propostas de alteração do Bloco de Esquerda a este artigo 3.º, nomeadamente a estes dois artigos em particular, mas se for necessário posso repetir a votação.

Deputado Luís Maurício (PSD): Solicitava a repetição a votação, por favor.

Presidente: Então vamos votar novamente e para que fiquemos todos em sintonia passo a explicar em concreto. As propostas de alteração do Bloco de Esquerda são ao artigo 3.º do diploma, nomeadamente altera o n.º 2, do artigo 6.º, do anexo um, do apêndice dois e o n.º 1, do artigo 13.º deste mesmo anexo.

Vou colocar as duas alterações em conjunto ou prefere que se vote separado?

Posso votar cada uma das propostas de alteração por si. Não há problema.

Deputado Luís Maurício (PSD): Pode ser em conjunto!

Presidente: Podem ser em conjunto?

Mais concretamente esta alteração ao artigo 6.º refere-se à nomeação ou à não nomeação dos membros dos conselhos de administração e o artigo 3.º refere-se à forma de remuneração dos gestores públicos.

Prefere que seja em separado?

Pode, Sr. Deputado Luís Maurício. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Aqui a Sra. Deputada Zuraida Soares tinha feito uma apreciação conjunta do diploma na generalidade e tinha aproveitado nestas circunstâncias para fazer a apresentação das alterações na especialidade de forma concomitante.

Estamos no momento da votação. Pensei que teria oportunidade de discutir as alterações na especialidade. Se tiver essa oportunidade farei uma intervenção em conformidade, se não tiver passaremos de imediato à votação.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício, apenas para esclarecer. Tem sido praxe nesta Casa que o debate na generalidade também se faz em debate de especialidade e, portanto, é normal se debater as propostas de alteração. Tem sido praxe fazer-se assim. Não é a primeira vez. Tem sido e a Sra. Deputada Zuraida Soares enquanto autora das propostas de alteração propôs apresentá-las inicialmente e, portanto ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas ele pode intervir!

Presidente: Naturalmente, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso não impede!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode justificar!

Presidente: ... mas eu estou a justificar por que é que não houve. É debate na especialidade e votação.

Quando há intenção de intervir naturalmente que está aberto o debate.

Não o foi feito, nem eu dei essa oportunidade quando entrámos nomeadamente em cada um dos artigos que estava a votar, porque esperei que quem quisesse se inscrever o fizesse. Foi por esse motivo que não houve nenhuma abertura de debate em particular, mas naturalmente, Sr. Deputado Luís Maurício, se entender intervir sobre estas propostas de alteração dar-lhe-ei a palavra.

Tem a palavra então, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agradeço em primeiro lugar a benevolência para que comigo teve nesta questão.

Queria justificar, em nome do PSD, a votação que vou solicitar ser repetida sobre as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda a este diploma.

Este Parlamento teve a oportunidade em setembro de 2014 de discutir aqui uma alteração do estatuto do gestor público regional. Ela consagrou um conjunto de alterações em relação às quais o PSD votou favoravelmente e nomeadamente nessa altura a alteração mais substancial introduzida foi a da audição prévia, embora sem carácter vinculativo, nesta Casa, dos gestores propostos para a presidência dos conselhos de administração das empresas públicas regionais.

Sabemos também que a nível nacional o processo de escolha (isto naturalmente entre *commas*) dos gestores públicos se faz por um processo, diria eu, misto, em que mediante o concurso são escolhidas três pessoas com um determinado perfil e são nomeadas das três uma das pessoas.

Nós achamos (e queria justificar com isso o voto do PSD) que não estando ainda devidamente amadurecido o estatuto do gestor público regional e estando em vigor uma situação de nomeação de gestores públicos a nível continental que é diferente da regional, não faz sentido neste momento, no nosso entender, criar apenas e só para os hospitais do Serviço Regional de Saúde a exceção que o Bloco de Esquerda aqui propõe, nomeadamente propondo um regime concursal e não de nomeação para os gestores dos três hospitais.

Portanto, aguardando uma melhor maturação daquilo que este Parlamento, em função de uma proposta de alteração que foi introduzida ou que foi aqui debatida em setembro de 2014 (repito, aguardando uma melhor maturação dessa legislação), sendo que naturalmente nós, por princípio, defendemos o processo concursal, mas aguardando uma melhor maturação da legislação que está há bem pouco tempo em vigor (já está há mais tempo em vigor, mas foi novamente debatida aqui em setembro de 2014), achamos mais prudente abstermo-nos nesta proposta de alteração que o Bloco de Esquerda aqui apresenta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar que, no seguimento da intervenção do Deputado Luís Maurício, o Bloco de Esquerda tem bem consciência de que esta é uma exceção específica para a área da saúde e faz questão que assim seja. Portanto, não foi uma cabulice, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não usei essa expressão!

A Oradora: ... nem uma distração. É propositado. É porque entendemos que a área da saúde é talvez a área mais sensível de todas as áreas de atividade que uma sociedade tem e nela, mais do que em qualquer outra, a competência, o profissionalismo e a capacidade técnica não podem de maneira nenhuma ser postos em causa, em dúvida, ou sequer beliscados, seja pela comunidade em geral, seja sobretudo pelos seus pares e colegas de trabalho.

Portanto, esta excecionalidade é propositada. Nós temos consciência dela, embora compreendamos a argumentação do PSD, através do Sr. Deputado Luís Maurício.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição sobre este tema.

Não havendo, apenas pergunto ao PSD se a votação das duas propostas de alteração pode ser feita em conjunto.

Deputado Luís Maurício (PSD): Pode ser feita em conjunto!

Presidente: Vamos então repetir a votação das propostas de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 3.º do diploma, especificamente para o artigo 13.º e 6.º do anexo um, do apêndice dois.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 19 abstenções do PSD.

Presidente: Está agora à votação o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Pergunto à câmara se posso então colocar os restantes artigos do diploma em votação conjunta.

Não havendo oposição, estão então à votação os artigos 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos então agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. Deputadas que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto ...

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma declaração de voto, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de cinco minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sendo esta uma alteração cirúrgica tal como disse na intervenção no debate na generalidade, a verdade é que o PCP não poderia dar o seu aval a um diploma que estrutura o Serviço Regional de Saúde de uma forma empresarial e como tal a justificação para o nosso voto contra não às alterações cirúrgicas que foram propostas, mas sim contra a globalidade do diploma aqui em apreço.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Entramos agora ...

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos interromper também os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 31 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Alberto da Costa Pereira

Luís Carlos Correia Garcia

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Vieira da Silva Contente

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

A redatora, Ana Sofia Machado